

PEC 55 (ex-241): Contraproducente, injusta e antidemocrática

SENADO FEDERAL – BRASÍLIA, 07/11/2016

PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – PROF. ASSOCIADO - IE – UNICAMP

A PEC 55: de onde veio, para onde vai?

O que é?

Ela vai manter o gasto real em serviços públicos?

Há opções mais justas e mais eficazes?

É democrática?

Qual a visão da sociedade que explica a PEC 241?

Anexos:

É verdade que a gastança e o tamanho da dívida pública são a causa da recessão? O corte de gasto público é a solução?

O que realmente explica a recessão e a crise fiscal?



PEC 55: o que é?

Paralisa do gasto real do governo federal no nível de 2016 (ou de 2017 para saúde e educação) por 20 anos

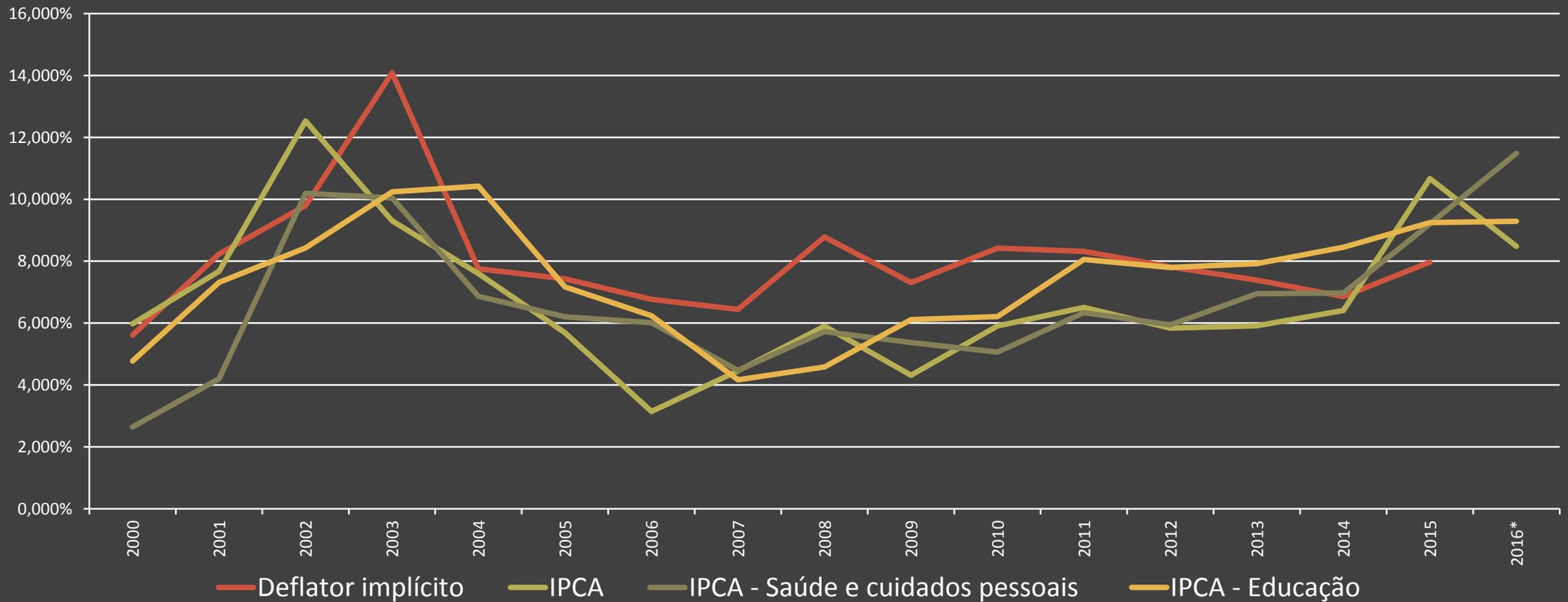
Gasto público apenas poderá acompanhar a inflação (IPCA), mesmo que a inflação da saúde, de serviços pessoais, e salários de carreiras com planos de progressão aumentem

Ou seja, um mesmo montante de recursos corrigido pelo IPCA comprará menos serviços e pagará menos salários

Em suma, a oferta de serviços públicos não vai se manter no patamar atual, mas vai cair (a depender da diferença entre o deflator implícito do PIB ou inflação de serviços e o IPCA)

No mínimo, deveria usar deflator do PIB

IPCA corre abaixo de Deflator implícito do PIB e inflação setorial de serviços



Quanto vai diminuir a oferta de serviços públicos?

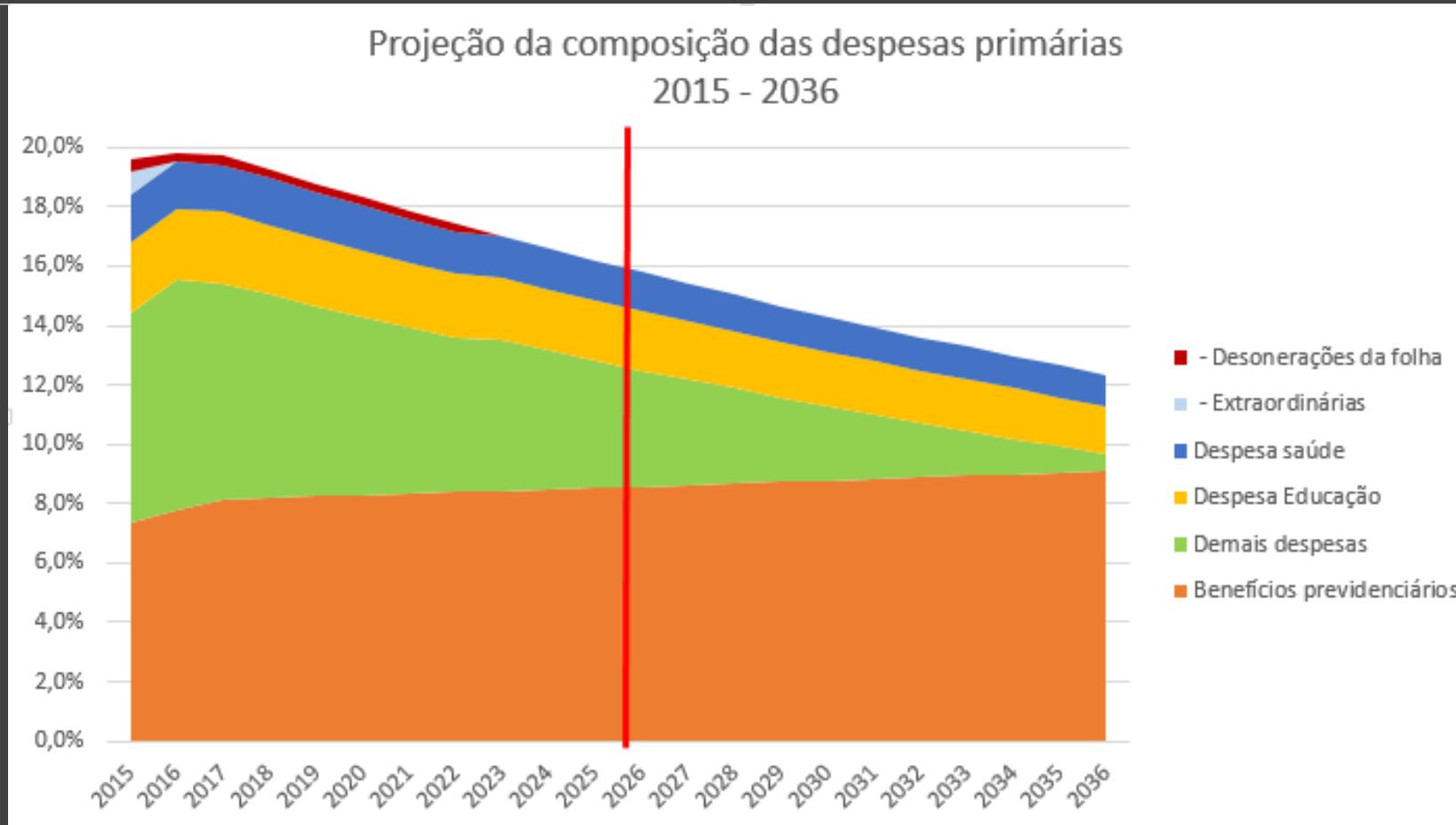
O corte da oferta real de serviços públicos será ainda maior porque o gasto com previdência social vai aumentar mais do que a inflação, pois as mudanças na aposentadoria só terão efeitos a médio prazo

Dado o aumento do gasto previdenciário e a inflação de serviços, serviços e transferências diminuirão em termos reais

Conseqüentemente, cairão as vinculações constitucionais para saúde e educação, e regra de reajuste real do salário mínimo – que indexa transferências sociais

Exposição de motivos da PEC 55 (ex-241): "(...) É essencial alterarmos a regra de fixação do gasto mínimo em algumas áreas. Isso porque a Constituição estabelece que as despesas com saúde e educação devem ter um piso, fixado como proporção da receita fiscal"

Despesa primária/PIB cai de 20% em 2016 para 16% em 2026 e 12% em 2036



Todas as despesas além de saúde e educação teriam que caber em menos de 1% do PIB em 2036!!!

Elaboração:
Cecon –
UNICAMP, Dados
de Rodrigo Orair

Aspectos relevantes sobre a projeção:

Crescimento do PIB de 2,5% a.a.

Crescimento orgânico dos gastos com previdência – mesmo com a aprovação da reforma da previdência

Nesta projeção, os gastos primários serão ajustados *somente* pela regra de gastos. Ou seja, as contas supõem déficits primários até 2021 no setor público consolidado

Caso a PEC seja aprovada e o governo adote metas de superávit primário positivas, a redução global das despesas primárias cairá ainda mais rapidamente

Composição das demais despesas por função:

Classificação das maiores às menores despesas, de acordo com a LOA de 2015, após os gastos com previdência, saúde e educação:

01 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	514.494.995.316	52,2%
02 - SAÚDE	93.864.923.547	9,5%
03 - EDUCAÇÃO	88.600.739.992	9,0%

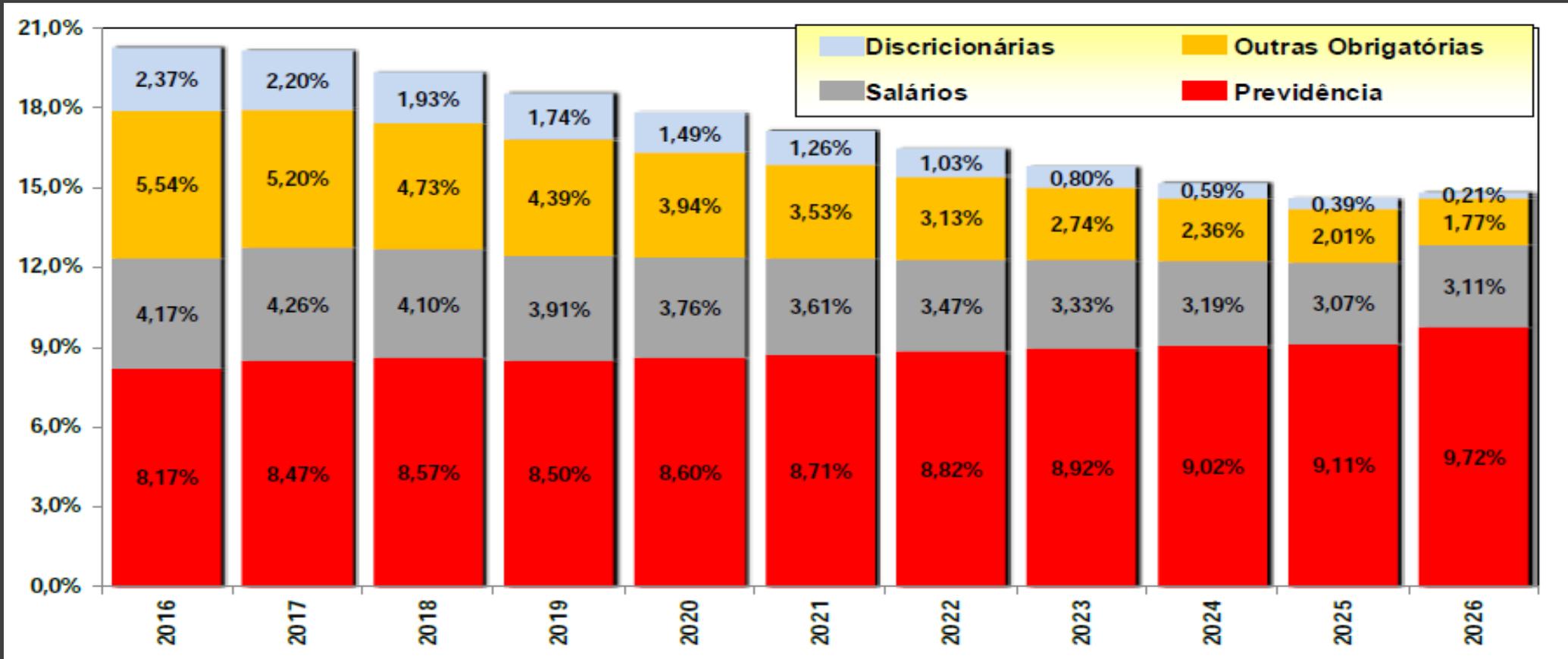
Elaboração:
Cecon -
UNICAMP

4 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	69.189.785.249	7,0%	16 - GESTÃO AMBIENTAL	3.017.743.181	0,3%
5 - TRABALHO	65.319.558.563	6,6%	17 - INDÚSTRIA	1.970.587.526	0,2%
6 - DEFESA NACIONAL	33.346.171.366	3,4%	18 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	1.656.759.102	0,2%
7 - JUDICIÁRIA	29.026.772.407	2,9%	19 - ENERGIA	1.577.419.986	0,2%
8 - ADMINISTRAÇÃO	20.556.242.176	2,1%	20 - COMUNICAÇÕES	1.205.327.614	0,1%
9 - AGRICULTURA	18.044.289.737	1,8%	21 - URBANISMO	1.133.010.595	0,1%
10 - TRANSPORTE	9.754.913.514	1,0%	22 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.110.885.509	0,1%
11 - SEGURANÇA PÚBLICA	7.753.719.484	0,8%	23 - CULTURA	855.175.442	0,1%
12 - LEGISLATIVA	6.753.103.952	0,7%	24 - DIREITOS DA CIDADANIA	714.905.464	0,1%
13 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	6.114.662.453	0,6%	25 - DESPORTO E LAZER	657.190.590	0,1%
14 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	5.906.145.798	0,6%	26 - SANEAMENTO	259.588.717	0,0%
15 - RELAÇÕES EXTERIORES	3.094.844.304	0,3%	27 - HABITAÇÃO	2.391.944	0,0%

Até onde o governo conseguirá reduzir estes gastos?

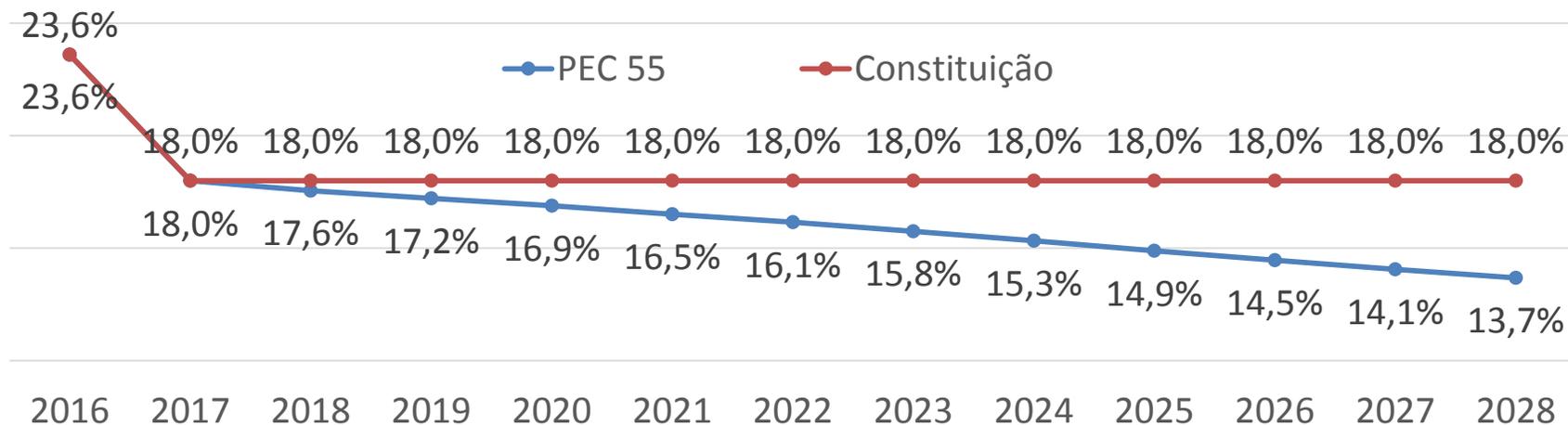
*Nota: há alguma discrepância entre os dados do Orair e os dados da LOA. Estas tabelas são ilustrativas das proporções e das categorias dos gastos

É possível encolher (sem conflito permanente) todas as obrigatórias para 1,77% e as discricionárias para 0,21% do PIB?

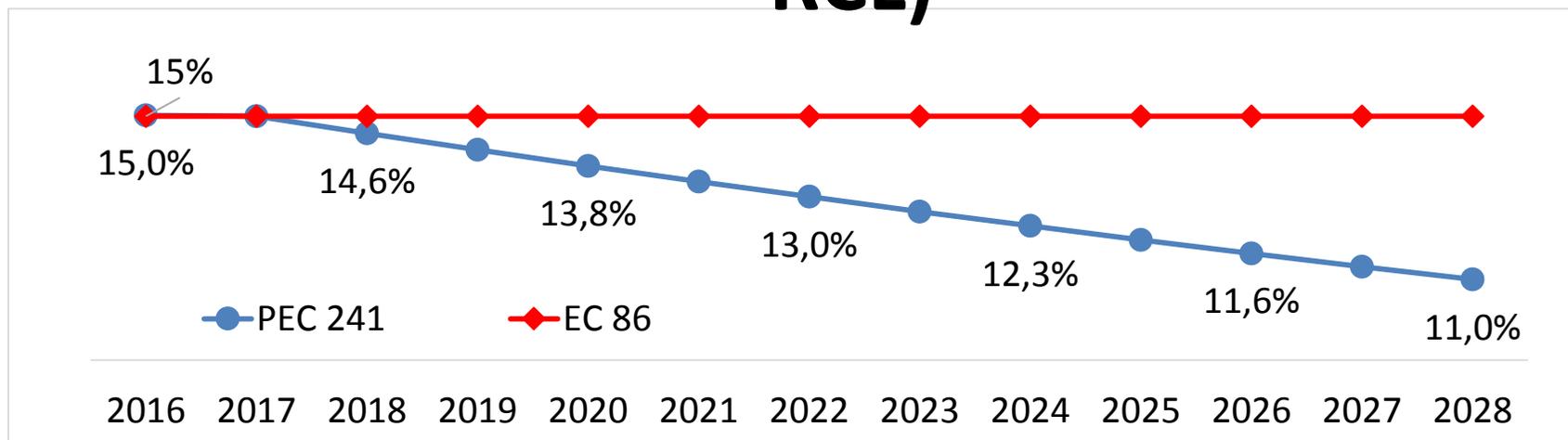


Elaboração: BRADESCO - PIB crescendo 3% real ao ano a partir de 2018.

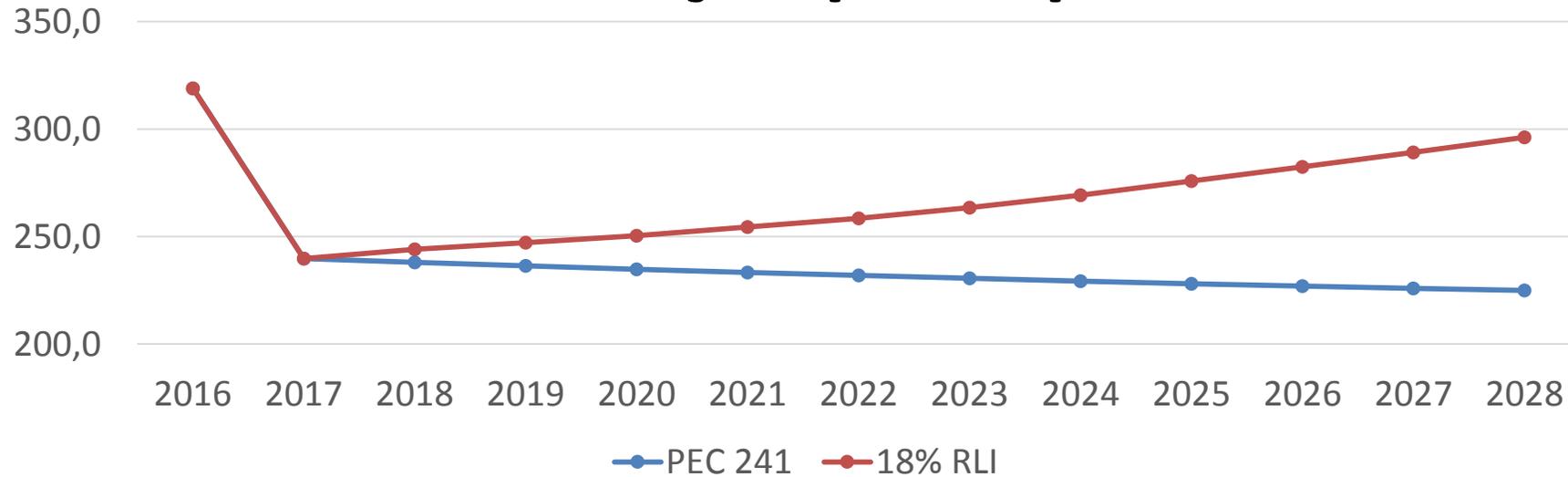
Forte queda do investimento mínimo em Educação (% RLI)



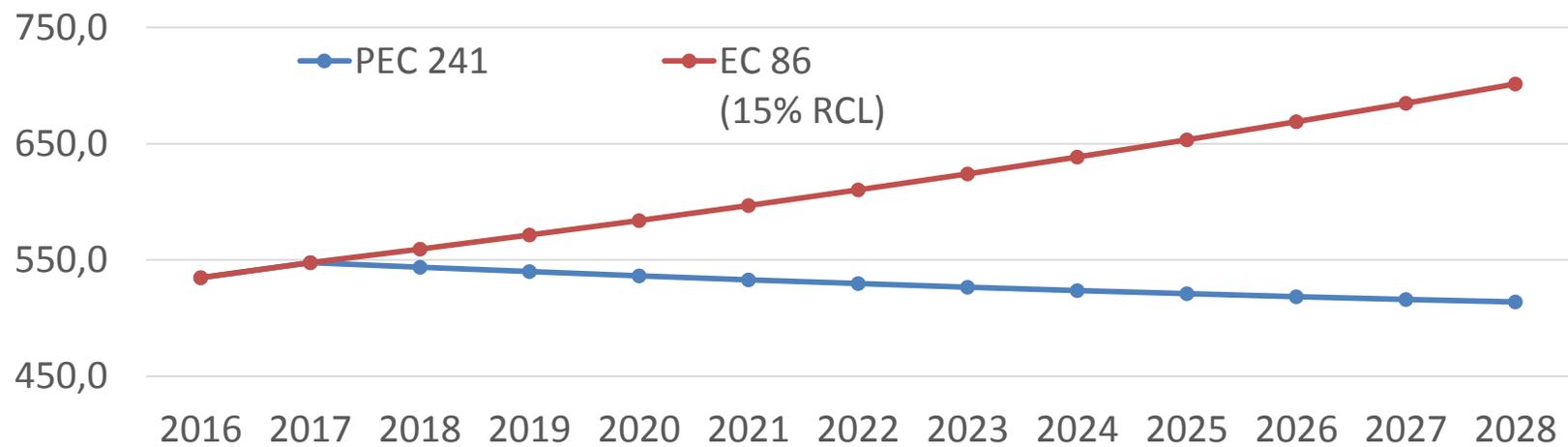
Forte queda do investimento mínimo em saúde (% RCL)



Forte queda do investimento mínimo em Educação per capita



Forte queda do investimento mínimo em saúde per capita



Defeitos da PEC 55 (ex-241): austeridade permanente!

É contracionista, pois o aumento da arrecadação fiscal produzirá automaticamente redução do déficit primário ou aumento do superávit primário

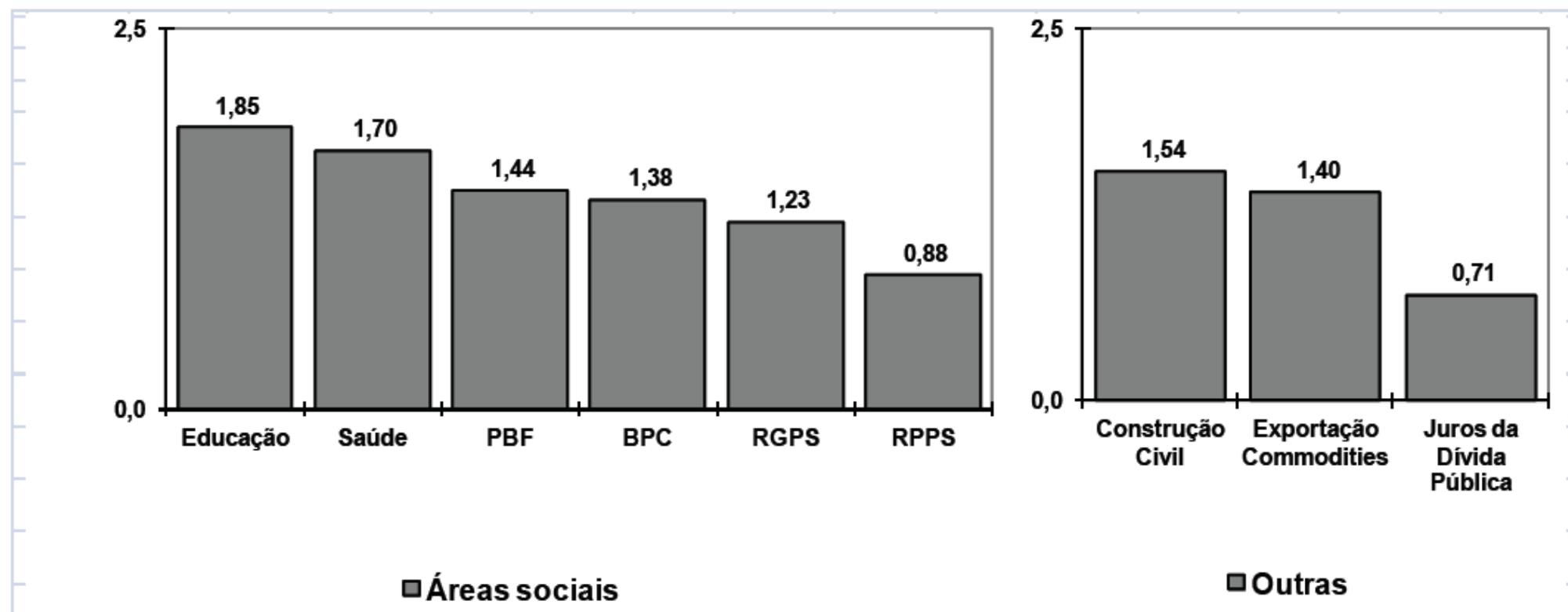
Multiplicador fiscal do investimento público e do gasto social é maior do que os juros nominais da dívida pública

É pró-cíclica, pois impede reação do governo perante desaceleração cíclica (não tem cláusula de escape)

Conflitos políticos sobre a destinação dos cortes devem provocar instabilidade de mercado financeiro

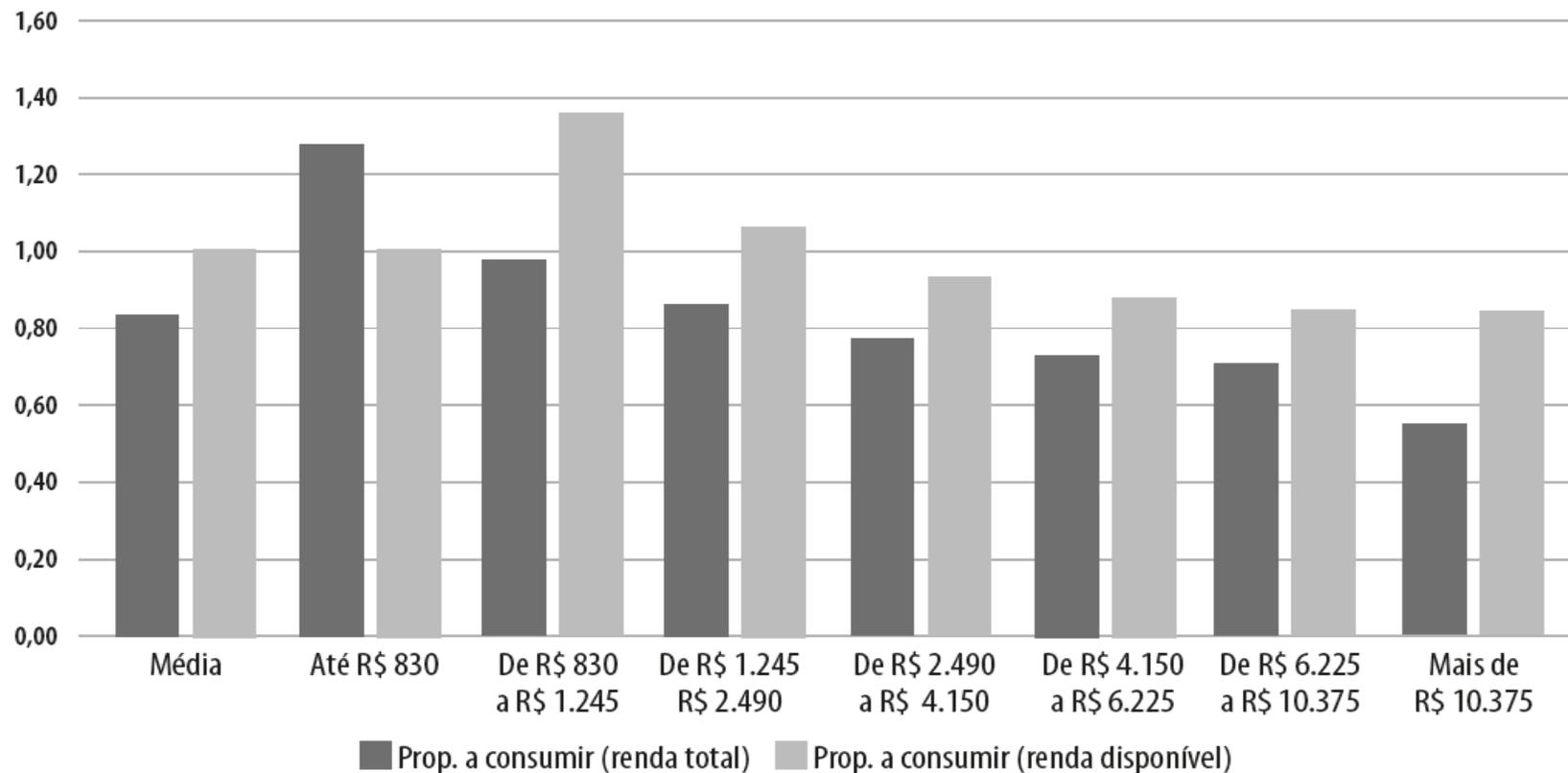
Multiplicadores do gasto social e outros gastos

Efeito multiplicador dos gastos das áreas sociais e outras áreas selecionadas no PIB - 2006



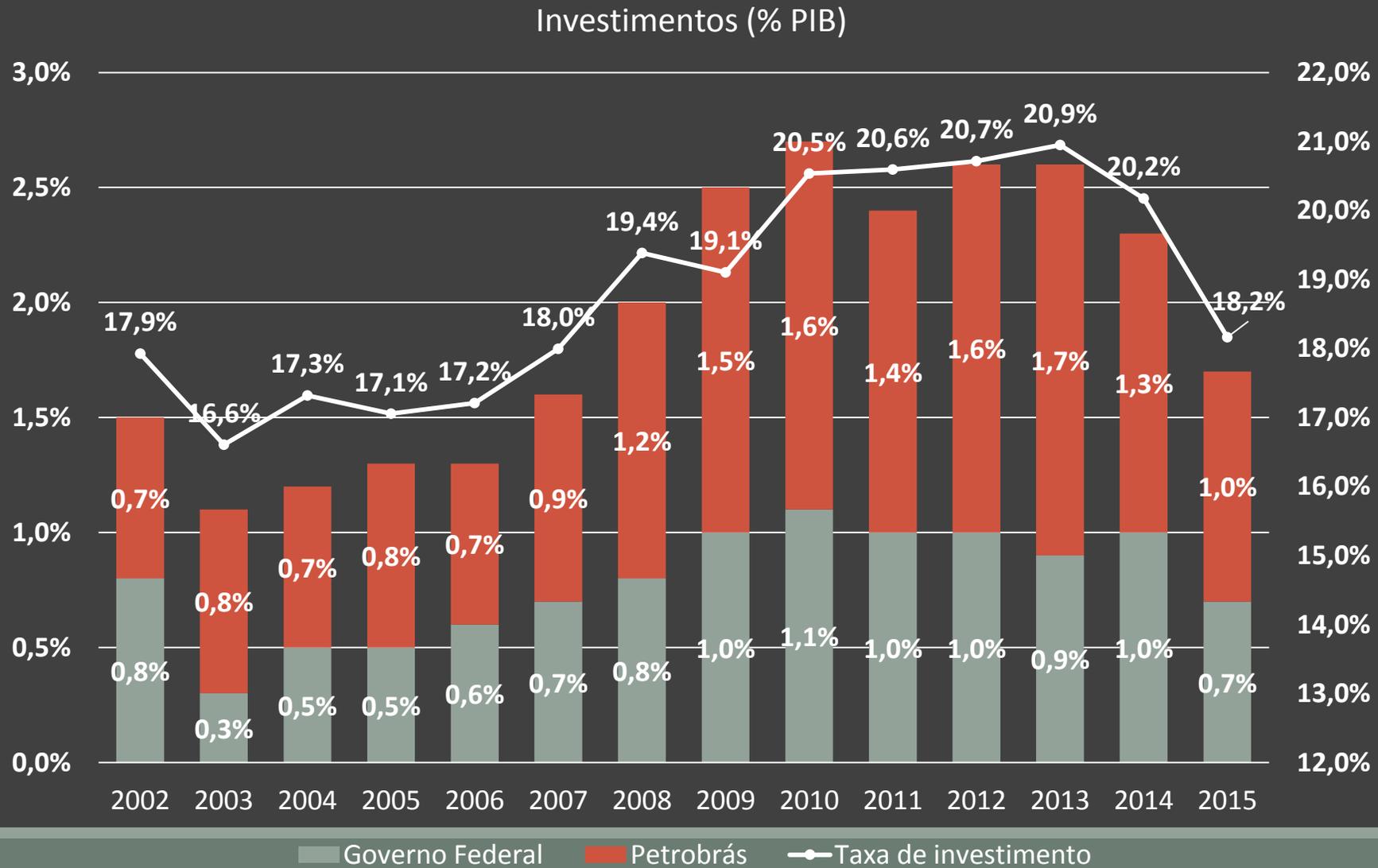
Salários baixos tornam-se lucros antes do fim do mês (até R\$ 2500)

Gráfico 1 - Propensão a consumir por faixas de renda



CROWDING IN

INVESTIMENTO PÚBLICO E PRIVADO (% PIB)



Duas visões sobre a relação entre gasto privado e dívida pública

Para neoliberais, o controle da dívida pública (em qualquer circunstância) é necessário para que o mercado garanta o crescimento

- O corte do gasto público restauraria a credibilidade quanto à trajetória da dívida pública e levaria a aumento do gasto privado
- FMI já fez mea-culpa (mas os neoclássicos brasileiros não ouviram!)

Para keynesianos, a dívida pública precisa aumentar ciclicamente quando o gasto privado desacelera à medida que empresas e famílias desalavancam, para evitar recessão e até crise financeira

- O aumento das receitas privadas provocado pelo aumento do déficit público (ou queda do superávit) bloqueia a desalavancagem privada; quando a economia recuperar, o PIB e as receitas tributárias aumentam e voltam a reduzir a relação dívida pública/PIB

Interpretação que inspira PEC 55: mito neoliberal de que desigualdade gera eficiência

O pacto social da redemocratização, expresso na Constituição de 1988, gera perda de eficiência e crescimento ao reduzir a taxa de poupança e o investimento

Maior crescimento pode ser alcançado através da redução de salários reais e dos gastos sociais da Constituição Federal – poupança privada gera investimento privado (bolo precisa crescer...)

FMI (2014) já fez mea culpa afirmando que aumento da desigualdade reduz crescimento; Peter Lindert (2004) mostrou que aumento do gasto social e das políticas redistributivas não custou crescimento do PIB, mas ao contrário acelerou seu crescimento

A centro-esquerda no governo e o impacto dinamizador da luta contra a desigualdade

Ao contrário da suposição neoliberal, concentração da renda não é condição para aumento do investimento, pois este pode ser induzido pelo aumento da massa salarial e prejudicado pela falta de demanda - caso de recursos plenamente empregados é exceção rara

Aumento do consumo pode levar a aumento do investimento, pois há recursos ociosos. Mais: distribuição de renda para os mais pobres – que tem maior propensão a consumir – tende ocupar recursos ociosos e induzir investimentos: salários *trickle up* para lucros!

No Brasil, modelo de crescimento foi puxado pelo aumento de emprego, salários e crédito, que aumentam massa e taxa de lucro (podem reduzir margens) e induzem investimentos

Defeitos da PEC 55: injustiça social!

Impedirá regra de elevação do salário mínimo, pois seu aumento é responsável por aumento de transferências sociais

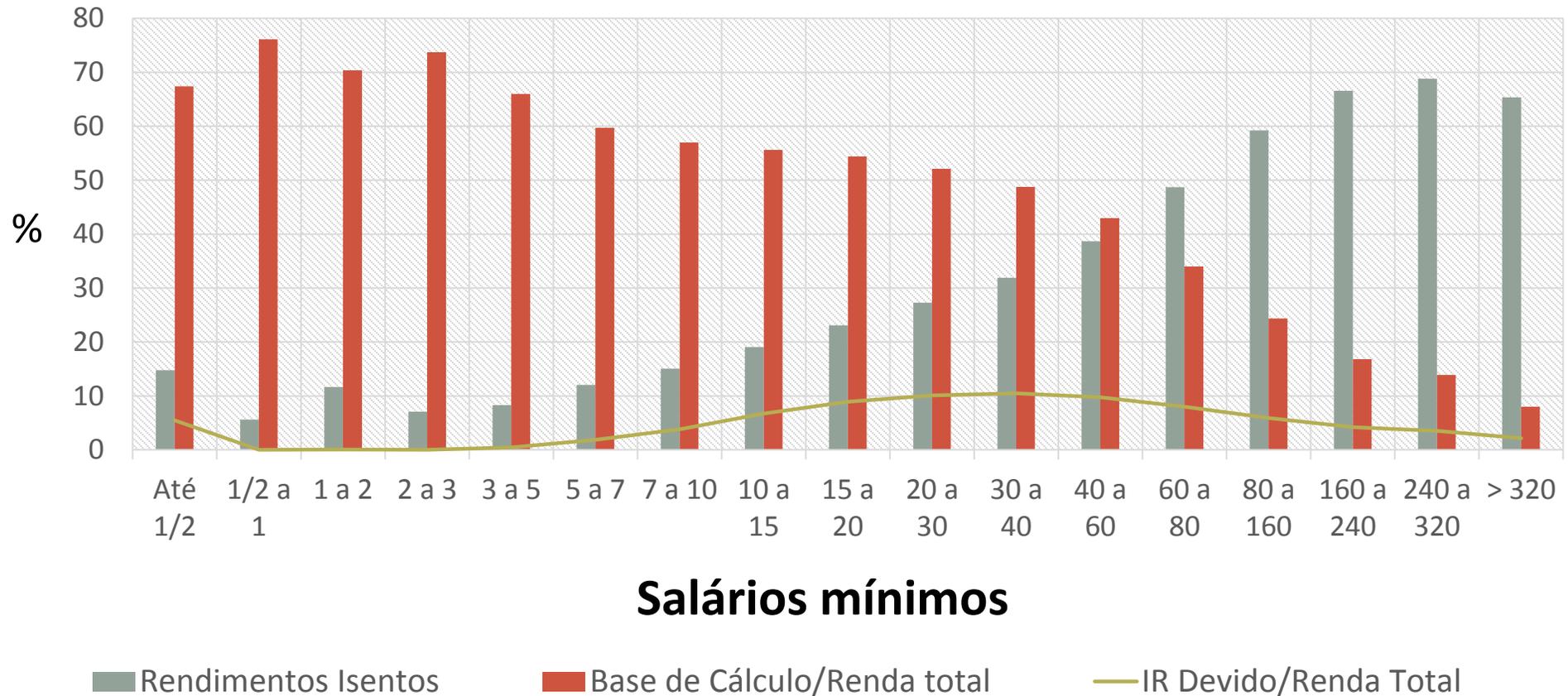
Reduz gasto social (embrião de Welfare State) e abre espaço para mercantilização de saúde e educação (reduzindo salário indireto)

É injusta, pois pune os inocentes (dependentes de gasto social e previdência) e nada faz com os criminosos (sonegadores fiscais) e com privilegiados pela estrutura tributária regressiva

- Sonegação fiscal – R\$ 500 bilhões/ano (5x déficit de 2015!)
- Dívida ativa da União – R\$ 1,5 trilhão, sendo que R\$ 252 bilhões já estão prontos para serem recolhidos (ver Grazielle David, 2016)

Tributo	Carga Tributária (R\$ milhões) 2015	% do Total 2015	% do PIB	Indicador de Sonegação Estimado (% do Tributo)	Sonegação Estimada (R\$ Milhões)	% PIB	Fonte dos Indicadores de Sonegação (a)
Total	1.951.452	100,0%	33,1%	23,2%	452.968	7,7%	
IR(1)	322.101	16,5%	5,5%	28,1%	90.621	1,5%	SIQUEIRA, 2006 e IBPT, 2009
IPI	49.266	2,5%	0,8%	33,4%	16.434	0,3%	PAES, 2011
IOF	34.693	1,8%	0,6%	16,6%	5.742	0,1%	IBPT, 2009
II	39.015	2,0%	0,7%	24,8%	9.687	0,2%	IBPT, 2009
CONTR. PREVID.	371.814	19,1%	6,3%	27,8%	103.178	1,7%	IBPT, 2009
COFINS	201.673	10,3%	3,4%	22,1%	44.630	0,8%	IBPT, 2009
CSLL	61.382	3,1%	1,0%	24,9%	15.278	0,3%	IBPT, 2009
PIS/PASEP	53.781	2,8%	0,9%	22,1%	11.902	0,2%	IBPT, 2009
FGTS(2)	113.529	5,8%	1,9%	27,8%	31.504	0,5%	IBPT, 2009 (*)
ICMS(3)	406.978	20,9%	6,9%	27,1%	110.454	1,9%	IBPT, 2009
ISS(4)	54.110	2,8%	0,9%	25,0%	13.538	0,2%	IBPT, 2009
OUTROS(5)	243.109	12,5%	4,1%		0	0,0%	

Proporção de rendimentos isentos, tributáveis e imposto devido por faixas de salários mínimos – Brasil - 2013



Renúncias fiscais (RS 20,3 b. a preços de 2016) privilegiam ricos

Renúncia do imposto de renda por faixa de alíquota, 2012						
Faixa de alíquota	Deduções com despesas de Saúde		Deduções com despesas de Educação		Deduções com dependentes	
	R\$ milhões	% Renúncia Total	R\$ milhões	% Renúncia Total	R\$ milhões	% Renúncia Total
0,0%	0	0	0	0	0	0
7,5%	509	6	277	9	699	15
15,0%	725	8	366	11	774	17
22,5%	830	9	399	12	679	15
27,5%	6.692	76	2.213	68	2.428	53
Total	8.758	100	3.257	100	4.580	100

Fonte: RFB (2014) e DIPAG-RFB. Elaboração: Lavinias & Cordilha (2015).

Desonerações tributárias

Descrição	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
IPI de bens duráveis (veículos, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e móveis) e materiais da construção civil				5,5	2,8	3,6	8,3	10,1	8,5	38,9
IOF sobre crédito de pessoa física			0,2	2,5	0	0	2,3	3,6	4	12,6
Estímulos à aquisição de bens de capital, regimes especiais e programas setoriais ou de apoio às exportações e ao desenvolvimento tecnológico	2,5	2,4	3,3	1,6	1,3	2	12,6	15,3	17,2	58,1
Folha salarial (contribuições previdenciárias) de setores produtivos						0,3	4,1	12,7	23,7	40,8
Cide sobre combustíveis			2,1	1,5	0,4	0,8	8,5	11,5	12,7	37,4
Produtos da cesta básica								5,7	8,1	13,8
Operações de câmbio e aplicações financeiras			0,3	0,3	0	0,5	1,2	1,9	2,1	6,3
Reajuste das faixas e correção da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF)	2,2	1,5	3,3	5,6	3,3	1,6	2,4	2,6	2,8	25,3
Instituição do Simples Nacional e reajuste das faixas	3	2,3	1,5	0	0	0	5,3	5,9	6,5	24,4
Mudança na base de cálculo do Pis-Cofins sobre importações								0,7	3,6	4,4
Fim da CPMF			40,6							40,6
Não classificados	1,2	1	2,2	17,1	20	15,4	17,7	8,7	22,8	106,1
Total	9	7,1	53,6	34,1	27,7	24,2	62,4	78,6	112,1	408,7

Estrutura tributária regressiva

Estrutura é concentrada em impostos indiretos (51,3%); 25% da carga sobre salários; apenas 18% sobre a renda; menos de 4% sobre a propriedade

Impostos sobre renda são pouco progressivos e, pior, isentam rendas do capital (dos mais ricos) e de trabalhadores com empresas

- Nos países capitalistas mais desenvolvidos da OCDE, os impostos diretos correspondem a 2/3 do total dos tributos.
- os 10% mais pobres contribuem para o Tesouro com 32% de seus rendimentos; enquanto isso, os 10% mais ricos, contribuem com apenas 21%
- Segundo o IPEA, os trabalhadores com renda mensal até 2 S.M. contribuem em 54%; aqueles com renda superior a trinta salários mínimos contribuem com 29%

Estrutura tributária regressiva II

Ricos pagam 6% da renda com IR; remediados pagam 11%

Ricos são isentos desde 1995 de IR sobre lucros e dividendos sobre o capital

Impostos sobre patrimônio (imóveis, fortunas e heranças) são irrisórios

- Tributos que incidem diretamente sobre a propriedade equivalem apenas a 1,31% do PIB; chega a 10% no Canadá, 10,3% no Japão, 11,8% na Coreia do Sul e 12,5% nos Estados Unidos;
- O Imposto Territorial Rural (ITR) arrecada apenas 0,01% do PIB, R\$ 677 milhões em 2012, IPTU paulistano = R\$ 5 bilhões

Cálculo do ganho com reforma tributária

Ao contrário da redução do investimento público e do gasto social, elevação de impostos sobre ricos é justa e tem menor multiplicador fiscal

Impostos sobre Grandes Fortunas é previsto na Constituição

- R\$ 100 b. por ano se aplicada, em uma simulação hipotética, sobre valores superiores a R\$ 1m. com alíquota de 1% (2% ou 5% da população) de acordo com projeto de FHC de 1989

Impostos sobre heranças (por estados, tem alíquota média de 3,86%)

- A Suíça, por exemplo, tem uma taxa de 25%, enquanto nos Estados Unidos ela é de 29% e, na Inglaterra, de 40%
- Arrecada 4,5b.; com alíquota de 20% e ampla faixa de isenção, arrecadaria R\$25b

Cálculo do ganho com reforma tributária – IRPF sobre capitalistas

Imposto sobre lucros e dividendos

- Os mais ricos (71.440), ganharam em 2013 quase 200 bilhões de reais sem pagar nada de imposto de renda de pessoa física (IRPF); se alíquota de 27,5%, arrecadação de R\$ 50 b. só com esses
- Pejotização: possui mais gente nesta condição (7 milhões apresentaram-se assim na declaração de IR de 2014) do que a trabalhar como empregado do setor privado (6,5 milhões).
- Faixa de renda superior a 160 salários mínimos por mês, ganham mais de R\$ 1,3 milhão por ano declararam uma renda média de R\$ 4,2 milhões e pagaram apenas 6,7% sobre toda a sua renda. Juntas, elas detêm 22% do patrimônio e 14% da renda nacionais. É como se cada uma tivesse salário mensal de 341 mil reais e bens de 17,6 milhões. Apesar da riqueza, o IRPF pago por elas em 2013 somou míseros 6,3 bilhões de reais (5,5% da arrecadação com IRPF).
- Já as pessoas que ganham entre R\$ 162,7 mil e R\$ 325,4 mil pagaram em média 11,8%.

Gráfico 6 - Carga Tributária sobre a Renda, Lucro e Ganho de Capital - Brasil e Países da OCDE (2013)

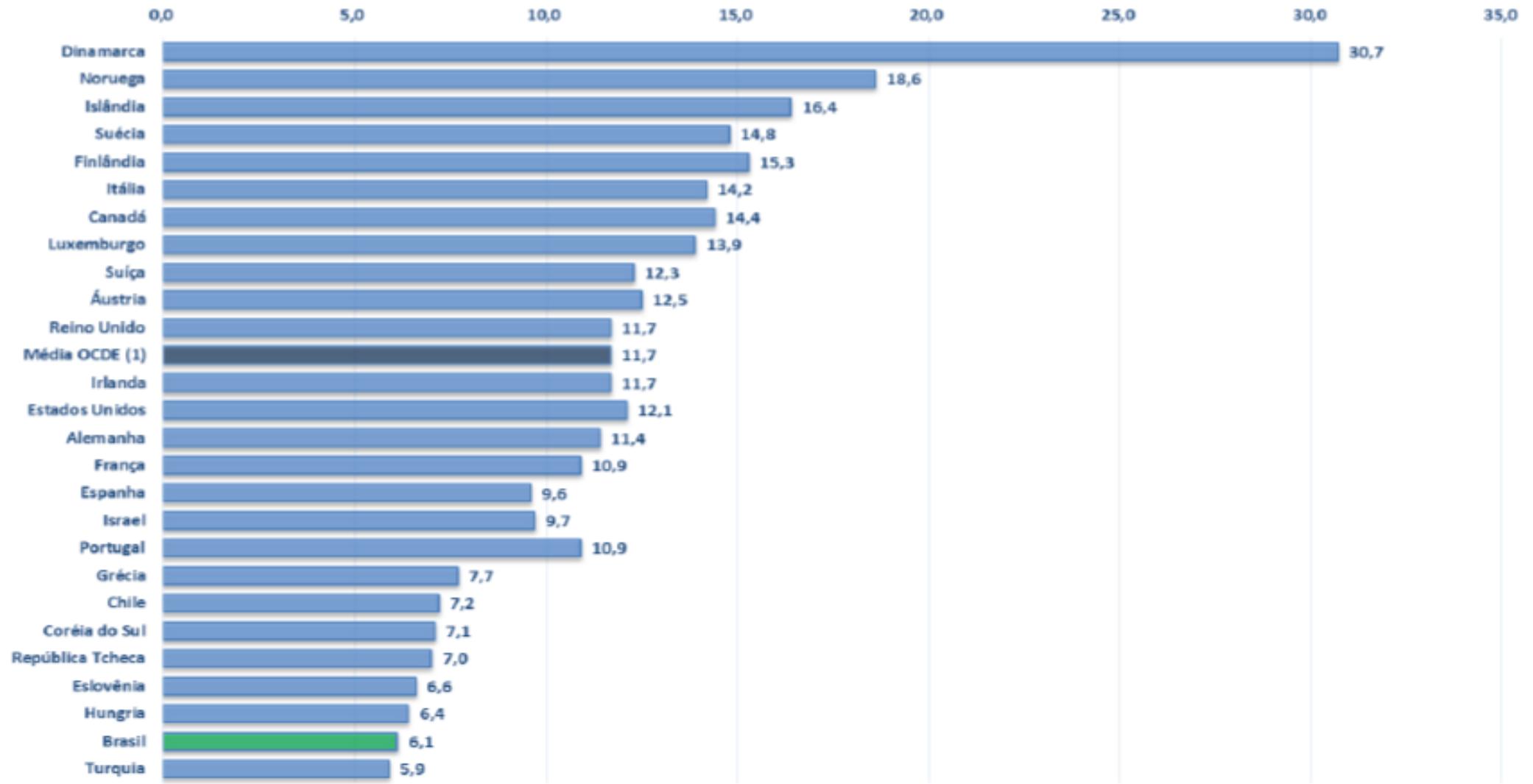
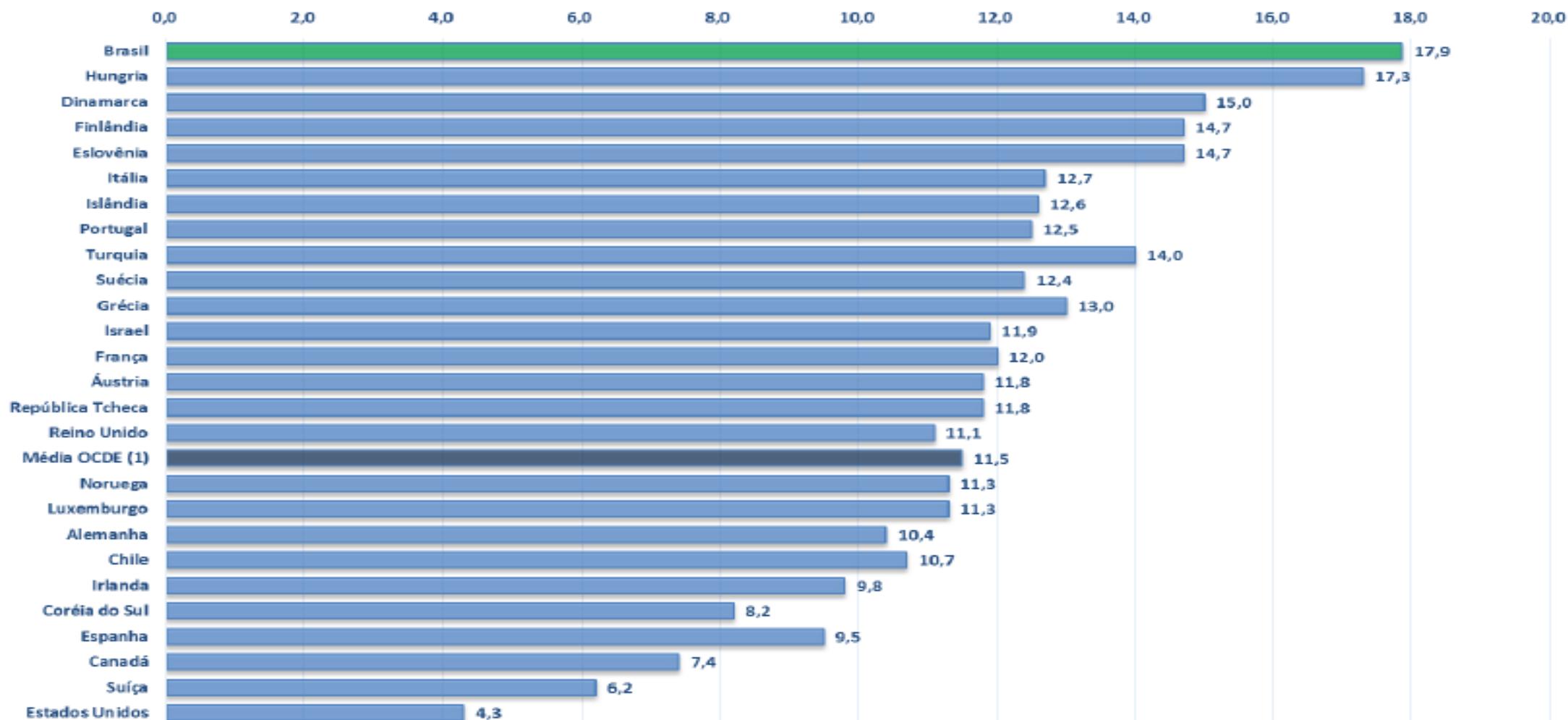


Gráfico 9 - Carga Tributária sobre Bens e Serviços - Brasil e Países da OCDE (2013)



Por que a PEC 55 não pode ser discutida com calma pela sociedade?

Não é por urgência fiscal, pois cortes só vão ocorrer depois da queda da inflação.

É porque se quer forçar reformas constitucionais “na marra”, com argumentos técnicos fajutos e pressão do mercado!

Induzir escolhas com camisa de força é antidemocrático e produtor de conflitos (não de consensos democráticos)!

Doutrina de Choque é usar crise e perplexidade para reformar sem mandato democrático (Roberto Brandt, OESP, 18/04/2016): “O ajuste fiscal para valer precisa de horizonte de longo prazo. O desequilíbrio fiscal brasileiro está contratado nas leis, na Constituição, que precisam ser alteradas. ... Esse documento não foi feito para enfrentar o voto popular. Com um programa desses não se vai para uma eleição. ... O conjunto da sociedade não tem obrigação de compreender essas questões herméticas de orçamento, Previdência, de relações Banco Central e Tesouro Nacional. Não tem noção do que seja a trajetória da dívida. E as pessoas querem mais. Elas não querem menos. ... Lula vai chorar em praça pública. Precisa desvincular benefício social do salário mínimo. Vai ser um Deus nos acuda. Agora, o sistema político brasileiro está preparado para fazer as mudanças? ... Não. Nem sei se a sociedade está. Mas o Brasil chegou ao ponto tal que não há outro remédio do que dizer a verdade. ... Se não, as pessoas vão achar que, votado o impeachment, podem voltar para casa e começar a gastar por conta. Elas precisam saber que o Estado está arruinado. ... Vai ser preciso ser rápido no Congresso. Dar um tranco. E veja bem: um governo breve, de 2 anos e meio, que não vai aspirar um futuro longo a não ser o reconhecimento da história. ... Se não tiver uma energia sobrenatural, uma força para dialogar e convencer o Congresso, não sei se vamos muito longe. Vai ser preciso agir muito rápido. E sem mandato da sociedade. Vai ter de ser meio na marra”

Ponte para o Futuro anuncia novas reformas constitucionais

1) radicalizar o ajuste fiscal contra o gasto social e com privatizações

“a solução (fiscal) será muito dura para o conjunto da população”, mas propõe “evitar aumento de impostos” e fazer “desoneração de exportações e investimentos”

Aumentar idade mínima para aposentadoria, também mudar aposentadoria de servidores públicos?

“acabar com as vinculações constitucionais...como no caso dos gastos com saúde e com educação” (fim do SUS, privatização da saúde e da educação)

“criação de uma instituição que articule e integre o Poder Executivo e o Legislativo, uma espécie de Autoridade Orçamentária, com competência para avaliar os programas públicos”

Instituir o “orçamento com base zero, que significa que a cada ano todos os programas estatais serão avaliados por um comitê independente, que poderá sugerir a continuação ou o fim do programa, de acordo com os seus custos e benefícios”

Ponte para o passado neoliberal em mundo que rejeita globalização neoliberal

2) Programa neoliberal: mercantilização universal e submissão nacional. Atrair capitais com privatizações, normatização liberal e rebaixamento de salários diretos e indiretos para integrar com “custo-Brasil” baixo

Quanto aos direitos trabalhistas, caberia “permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais”

Privatizações são, agora, necessárias para “executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias”

“o Estado deve cooperar com o setor privado na abertura dos mercados externos, buscando com sinceridade o maior número possível de alianças ou parcerias regionais, que incluam, além da redução de tarifas, a convergência de normas, na forma das parcerias que estão sendo negociadas na Ásia e no Atlântico Norte... A globalização é o destino das economias que pretendem crescer”

Aprofundamento do neoliberalismo: a ponte para o futuro do PMDB e a PEC 55

Nenhum aumento de impostos, mas desonera X e I

Acabar com vinculações constitucionais em saúde e educação

Idade mínima para aposentadoria

Orçamento de base-zero, mas impositivo anualmente, com meta para redução da dívida

Comitê independente é “ponte” entre Legislativo e Executivo, ou seja, cria um parlamentarismo fiscal (imaginando mais conservadorismo no parlamento)

Para crescimento, milagre exportador e bolha financeira: privatizações e acordos comerciais bilaterais de última geração

Contradições econômicas do novo modelo de crescimento “para fora”

Baixo crescimento e excesso de capacidade global não acabaram;

Just in time exige logística afinada e barata (não só mão-de-obra barata);

Influxos em ramos *non-trabable* com tarifa monopólica, aumenta custo-Brasil (externalidade negativa) e aprecia câmbio;

Austeridade fiscal e salarial para elevar competitividade limita demanda e receitas, aumenta custos fixos unitários e endivida;

Austeridade e baixo crescimento deprime expectativa de receita mesmo nos investimentos em infraestrutura.

A PEC 241 é só o primeiro passo para uma série de Reformas Adicionais (Dweck)

Redução dos **gastos de Saúde e Educação** em relação aos atuais mínimos constitucionais

Evitar novos aumentos reais do **salário mínimo**;

Reforma na **previdência** com impactos imediatos

Reforma dos Benefícios de Prestação Continuada (**BPC**)

Redução do número de famílias contempladas com o **Bolsa Família**

Reforma do **Abono Salarial** e do **Seguro Desemprego**;

Redução dos **Subsídios Agrícolas e Industriais**

Redução dos **Investimentos Públicos**

Revisão de diversas leis e atos normativos de **repasse a estados e municípios**

Redução das **políticas finalísticas de todos os demais ministérios**

Servidores públicos: fim da reposição da inflação nos salários e de novos concursos

Ulysses Guimarães e a Constituição Cidadã (5 de outubro de 1988)

A Constituição mudou na sua elaboração, mudou na definição dos poderes, mudou restaurando a Federação, mudou quando quer mudar o homem em cidadão, e só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa...O enorme esforço é dimensionado pelas 61.020 emendas, além de 122 emendas populares, algumas com mais de 1 milhão de assinaturas, que foram apresentadas, publicadas, distribuídas, relatadas e votadas, no longo trajeto das subcomissões à redação final...A participação foi também pela presença, pois diariamente cerca de 10 mil postulantes franquearam, livremente, as 11 entradas do enorme complexo arquitetônico do Parlamento, na procura dos gabinetes, comissões, galeria e salões. Há, portanto, representativo e oxigenado sopro de gente, de rua, de praça, de favela, de fábrica, de trabalhadores, de cozinheiros, de menores carentes, de índios, de posseiros, de empresários, de estudantes, de aposentados, de servidores civis e militares, atestando a contemporaneidade e autenticidade social do texto que ora passa a vigorar. Como o caramujo, guardará para sempre o bramido das ondas de sofrimento, esperança e reivindicações de onde proveio... Tem substância popular e cristã o título que a consagra: “a Constituição cidadã”.

Conclusão

Como em 2015 e 2016, a austeridade da PEC é contraproducente, ou seja, vai reduzir a trajetória de crescimento do PIB e da arrecadação

É uma receita para conflito e instabilidade política permanente (o Estado vai produzir guerra de todos contra todos)

É injusta (o que reduz o crescimento e aumenta o conflito político)

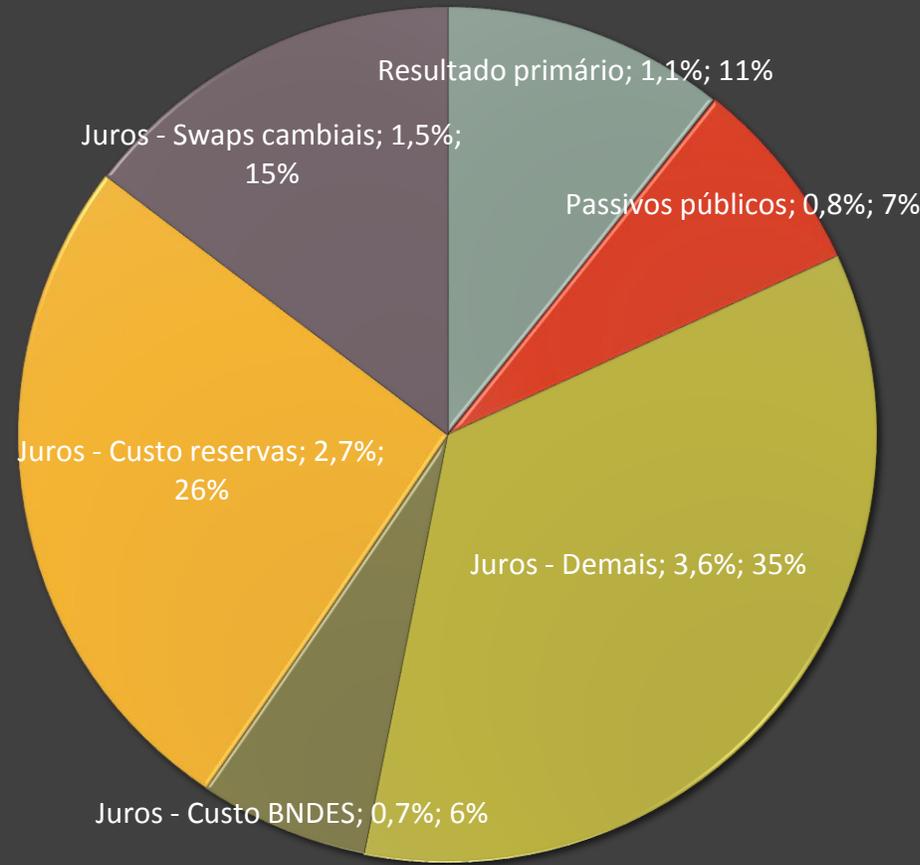
É antidemocrática (porque corta a Constituição Cidadã sem ser discutida perante alternativas melhores; porque quer forçar o conflito para forçar novos cortes)

A Constituição que sair da PEC 55 não será mais a Constituição Cidadã!

Ouçamos Ulysses Guimarães!

Muito obrigado!

Diagnóstico equivocado: déficit público em 2015 (10,4% do PIB) não resulta de gastança

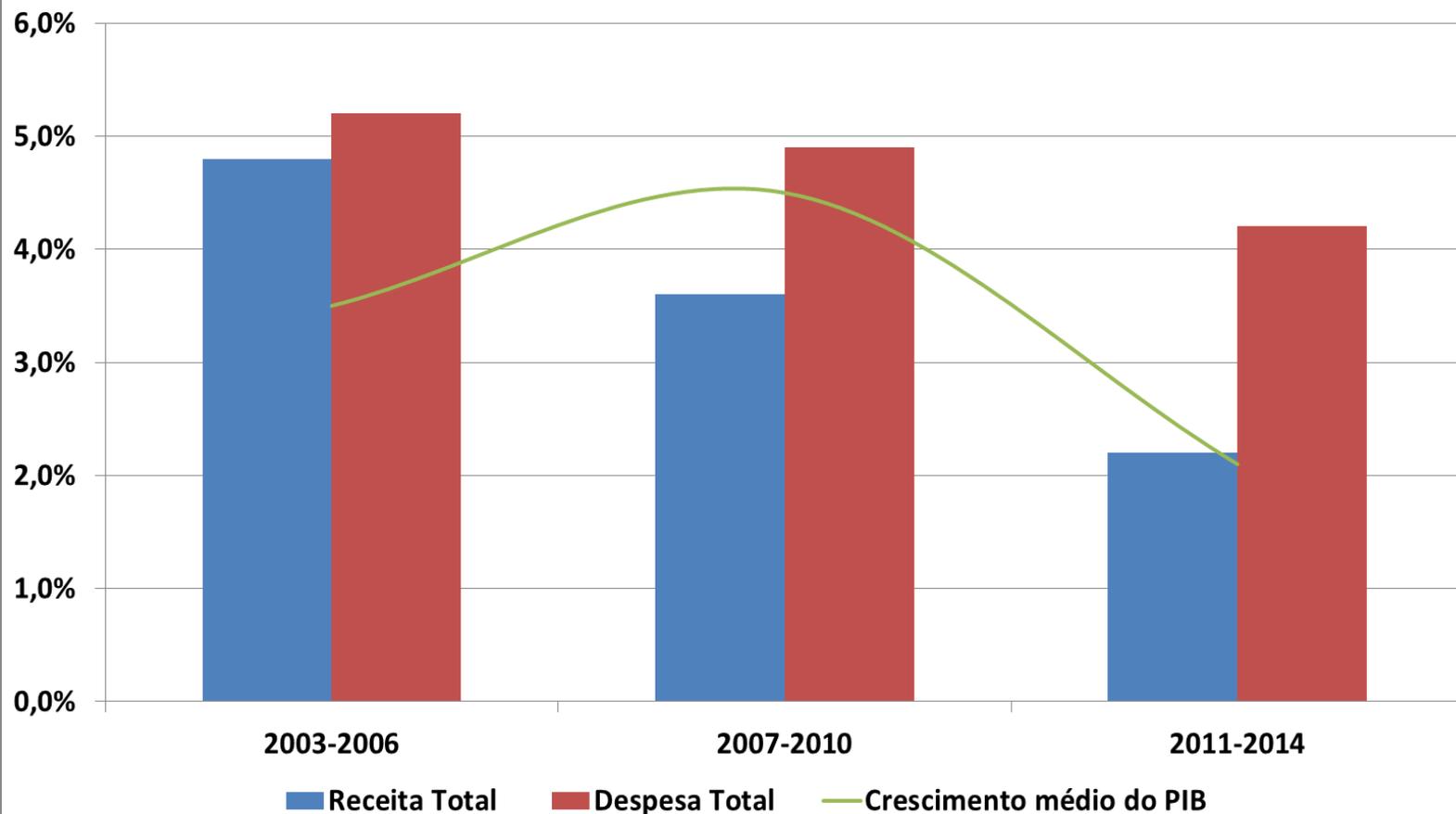


■ Resultado primário ■ Passivos públicos ■ Juros - Demais ■ Juros - Custo BNDES ■ Juros - Custo reservas ■ Juros - Swaps cambiais

Mito: não houve gastança no governo Dilma Rousseff I

Discriminação	1998- 2002	2002- 2006	2006- 2010	2010- 2014	2014- 2015
Receita total	6,5%	4,7%	3,6%	1,5%	-6,0%
Despesa total	3,9%	5,2%	5,5%	3,8%	-2,9%
Pessoal	3,4%	0,7%	4,1%	-0,3%	1,8%
Benefícios Sociais	6,0%	8,8%	4,5%	4,3%	0,4%
Subsídios	-14,3%	32,3%	14,9%	23,8%	-10,3%
Custeio	2,9%	3,6%	4,8%	4,7%	-5,3%
Investimentos	-4,2%	2,3%	24,0%	0,3%	-41,4%
Outras despesas de capital	2,9%	-5,9%	11,4%	-2,5%	-14,7%
PIB	2,3%	3,5%	4,6%	2,2%	-3,8%

TAXAS DE CRESCIMENTO REAL DAS RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL



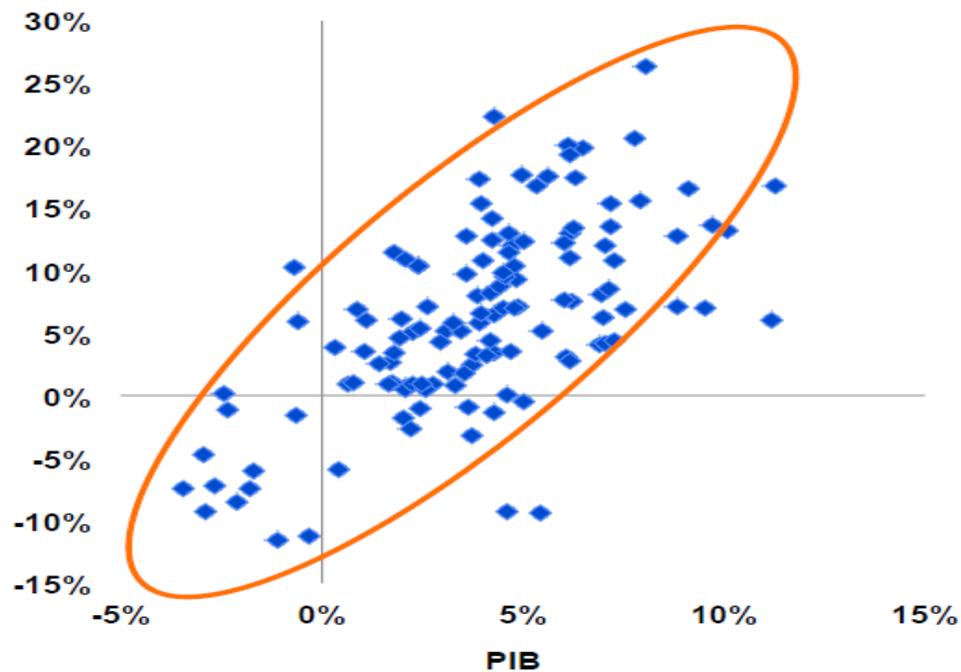
Não há gastança!

É o crescimento econômico que determina o equilíbrio fiscal e reduz a relação dívida pública/PIB (e não o contrário)

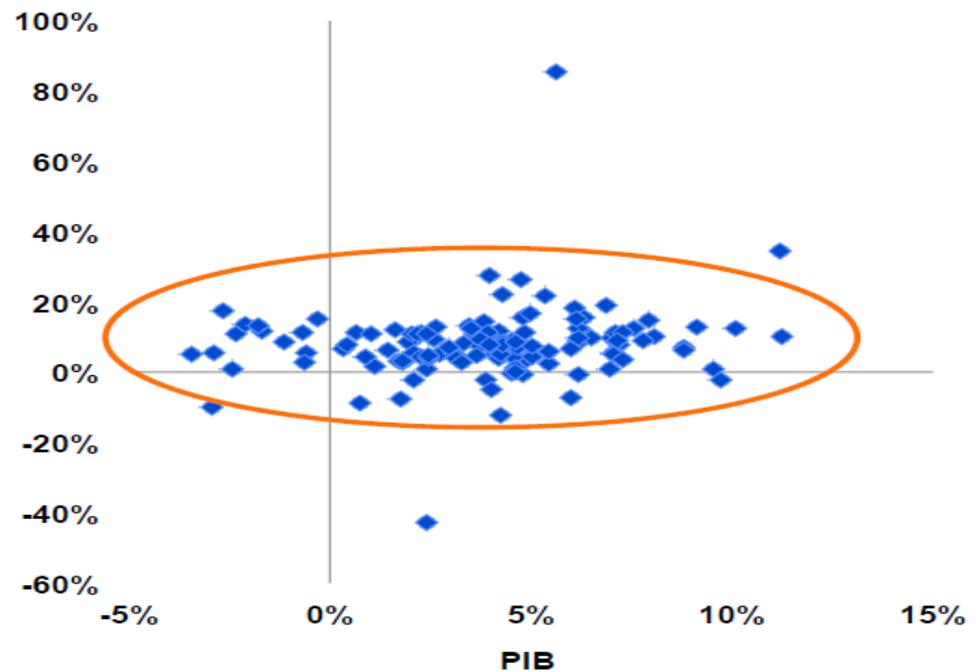
Arrecadação é muito sensível ao ciclo econômico

PIB mensal Itaú Unibanco vs. arrecadação/despesa federal
Taxa de crescimento ano/ano, dados mensais (2004 a 2014)

Arrecadação federal



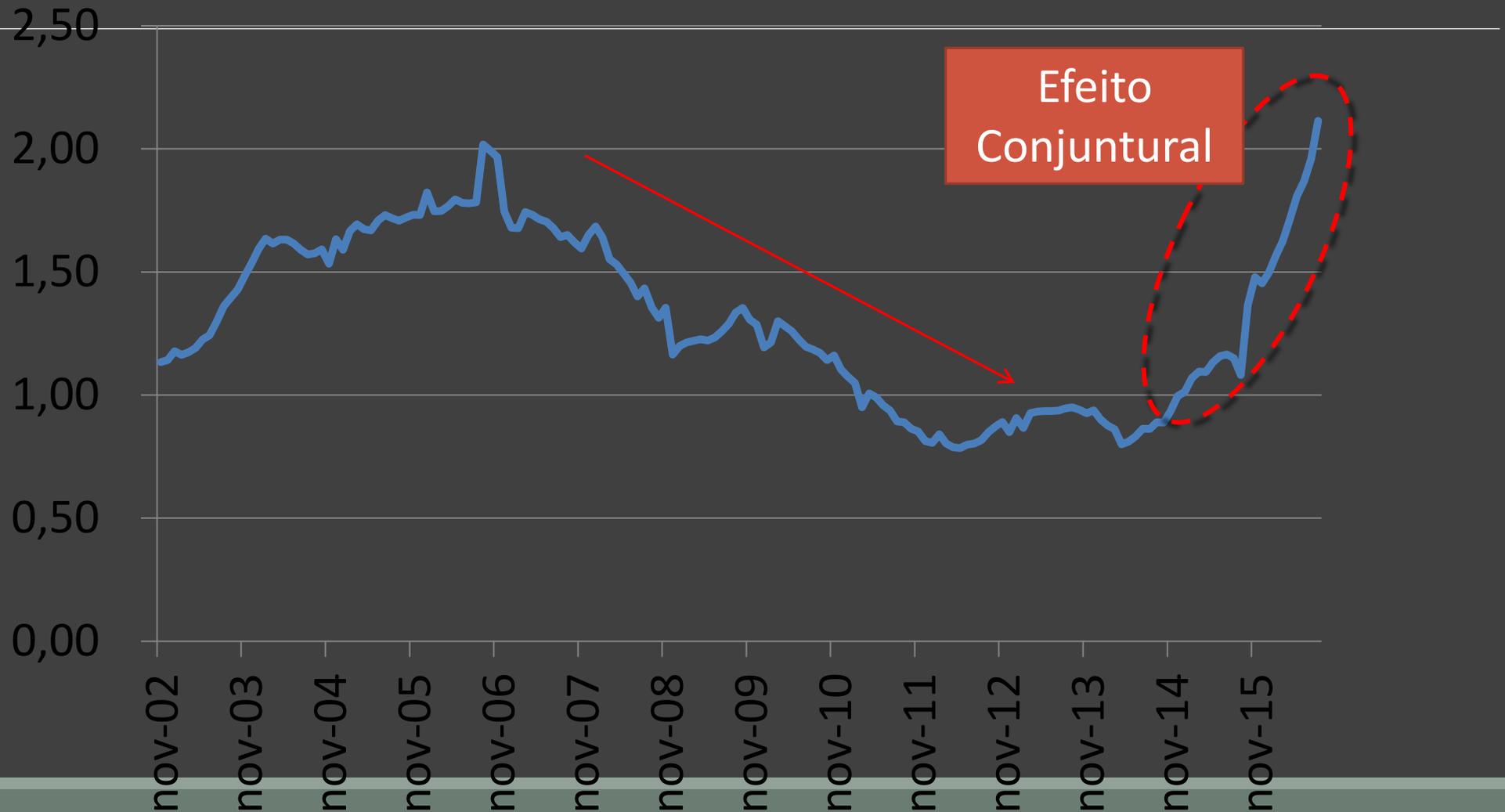
Despesa federal



Fonte: Goldfajn, 2013.

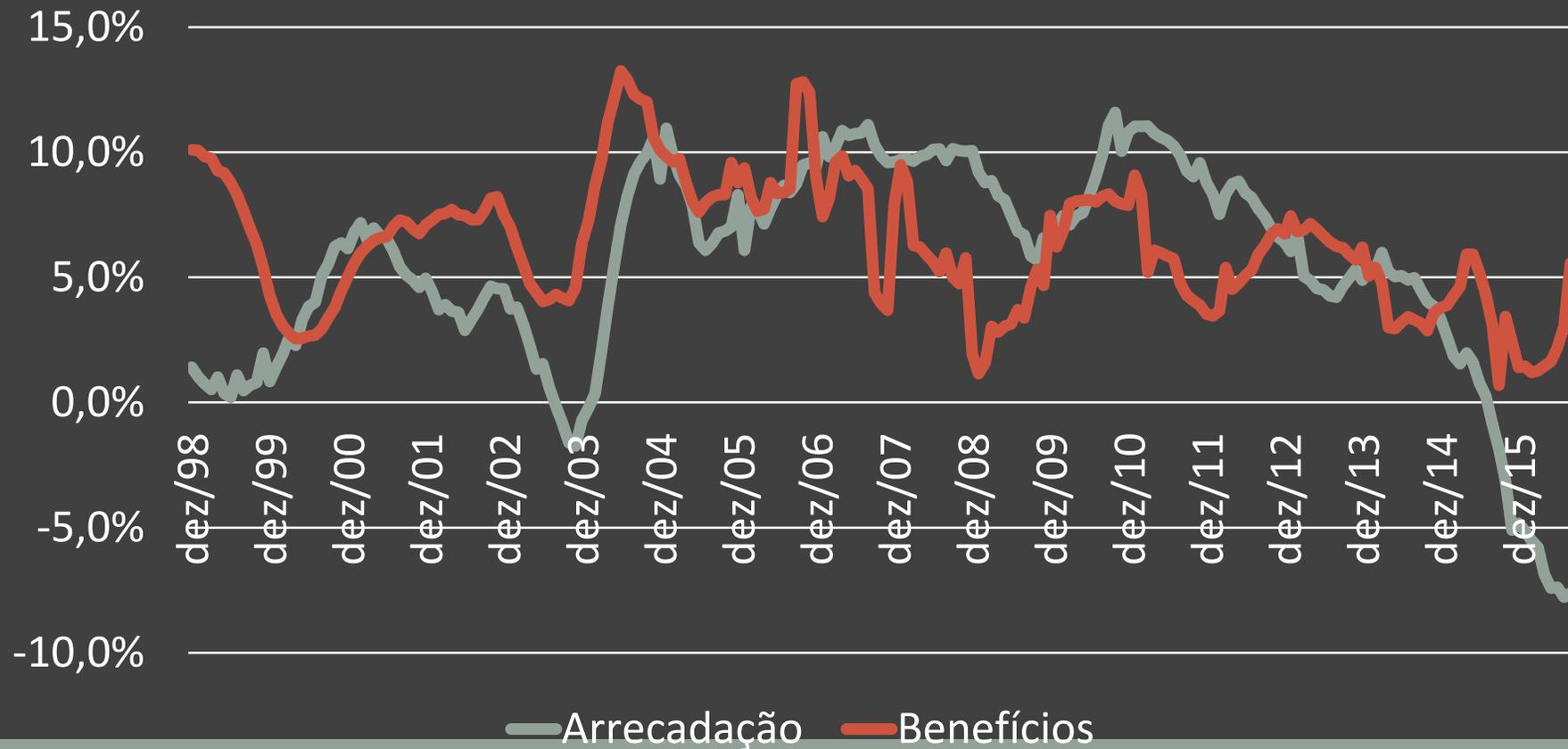
Déficit Previdência (% do PIB)

mesmo utilizando a medida do governo, percebe-se que o déficit atual é conjuntural



O resultado decorre da queda da arrecadação e não de um aumento do crescimento da despesa

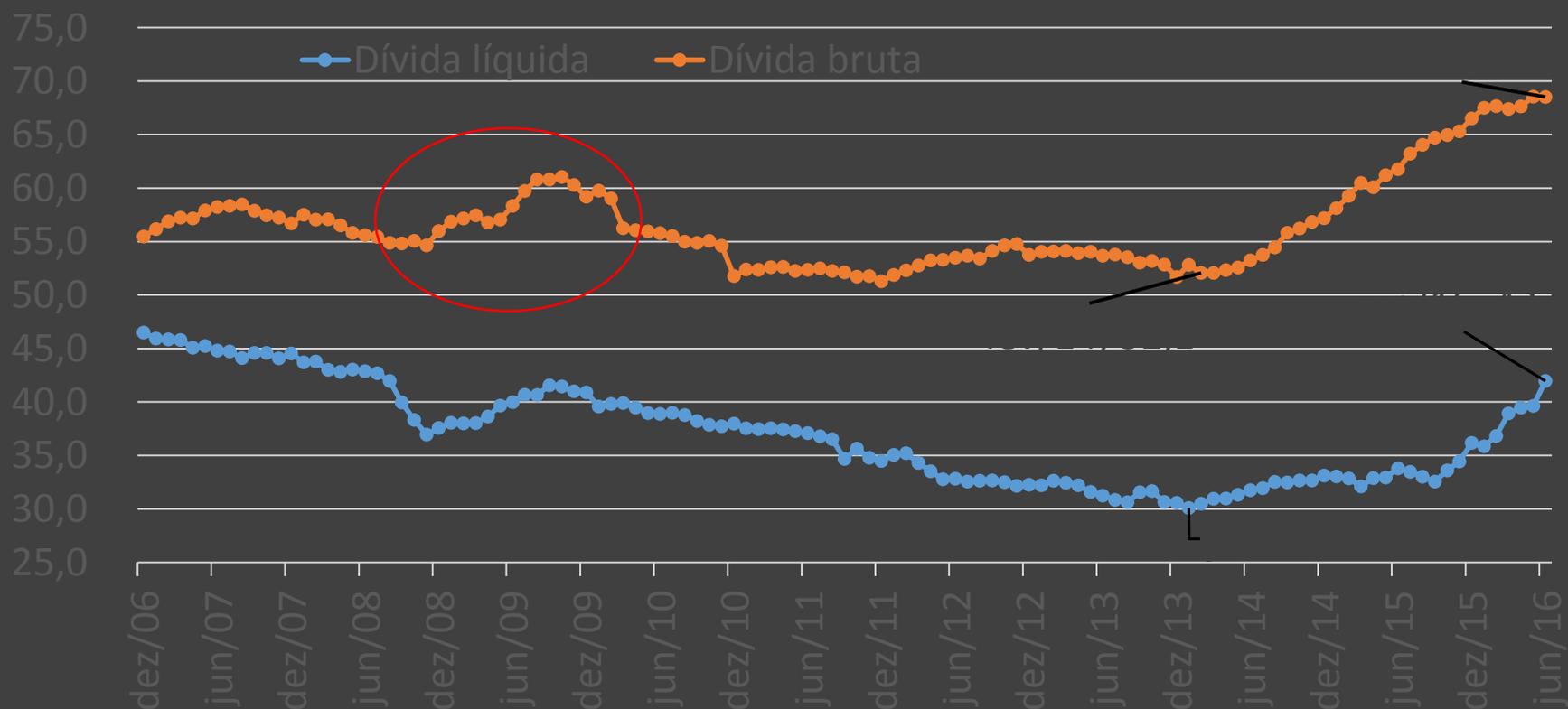
Taxa de crescimento real, acumulada em 12 meses
(var %)



A trajetória recente da dívida pública

o aumento dívida bruta começou em meados de 2014

Dívida Líquida e Dívida Bruta (% do PIB)

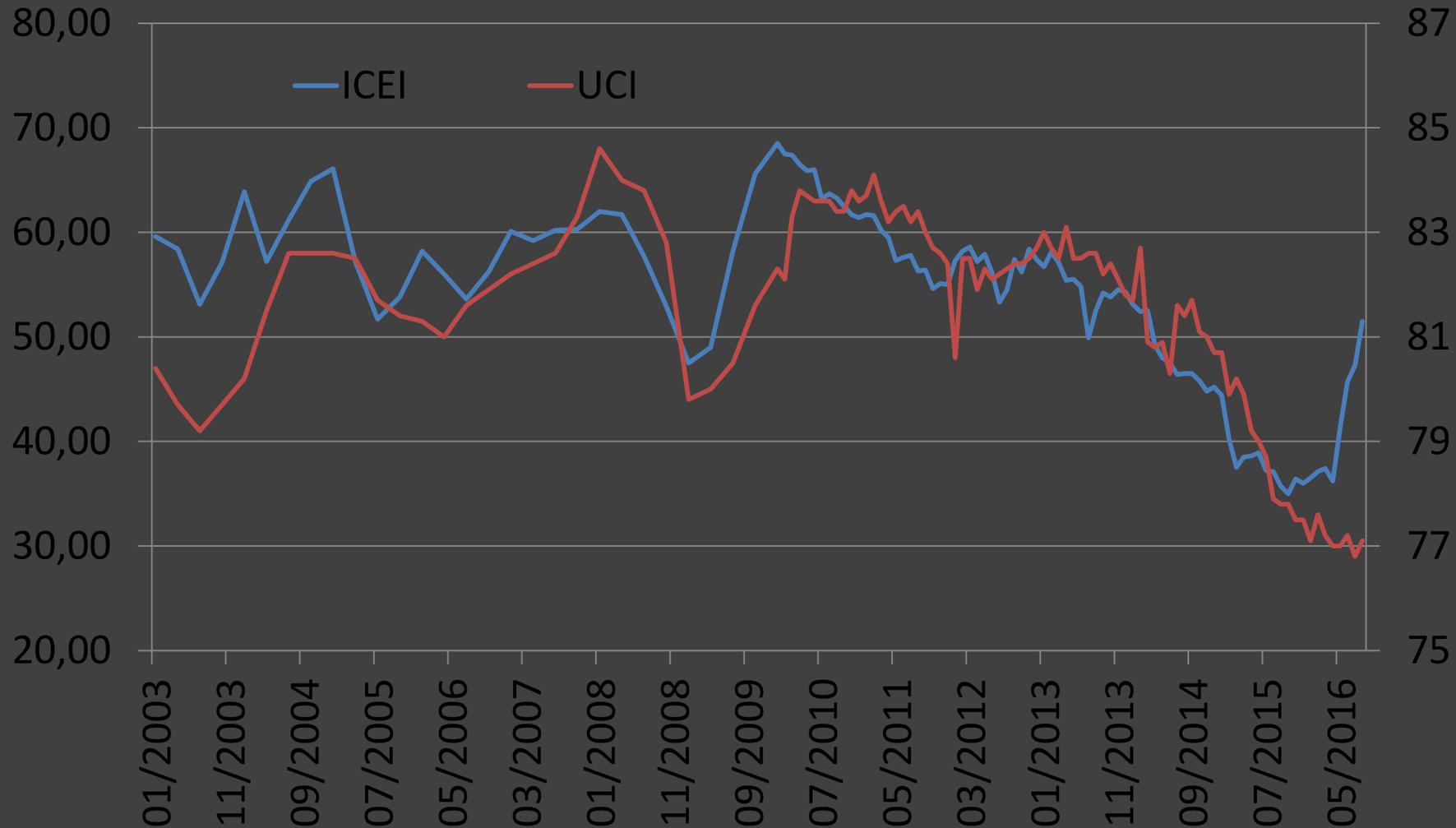


Fonte: BCB

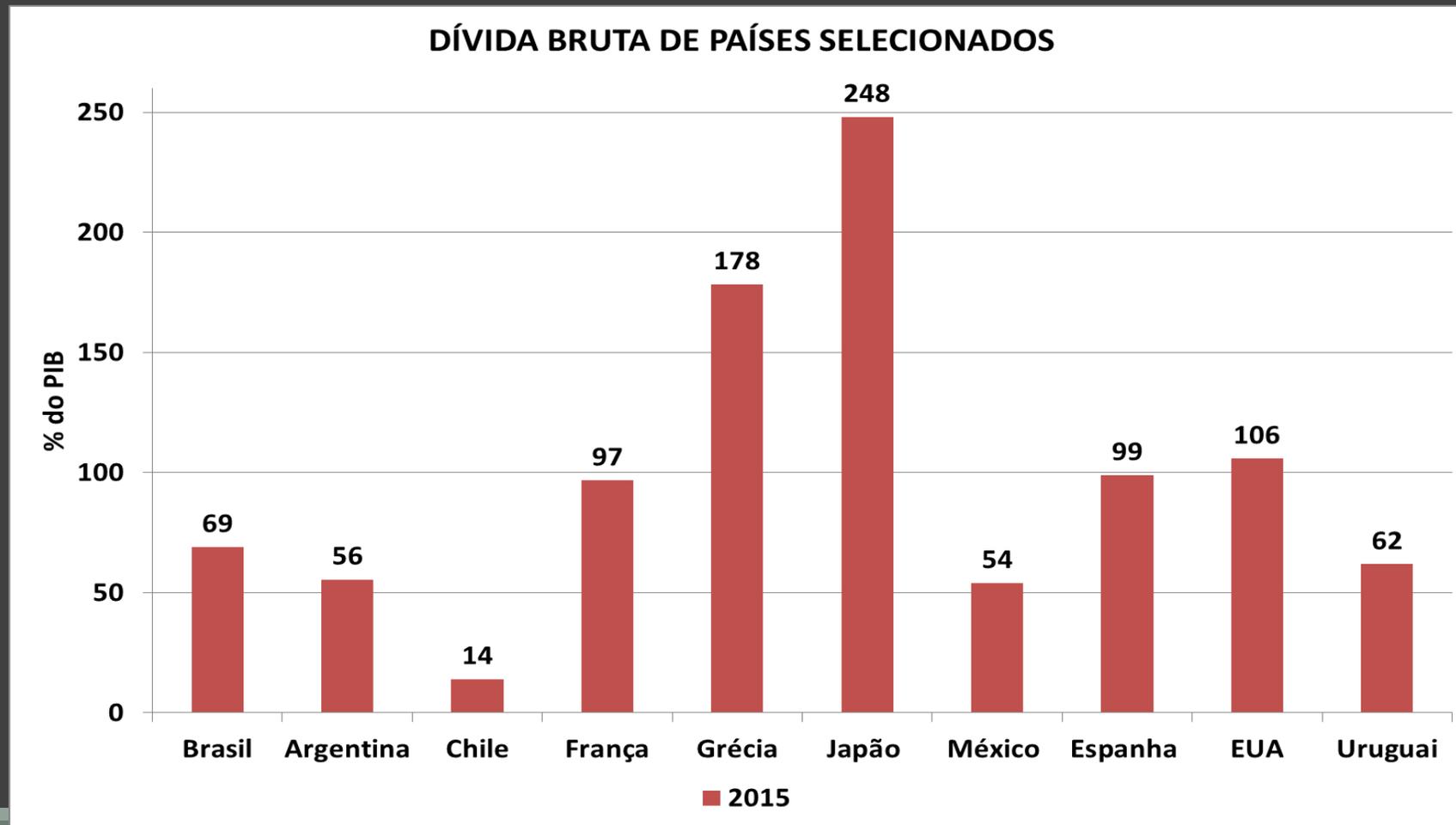
PEC 55 (ex PEC 241) x Países que limitaram os gastos primários em termos reais

País	Finlândia	Holanda	Japão	Suécia	Brasil (PEC241)
População	Estabilizada	Estabilizada	Em declínio	Estabilizada	Em crescimento. Mais 21 milhões de brasileiros até 2036.
Abrangência e qualidade da proteção social e dos serviços públicos	Excelente	Excelente	Muito boa	Excelente	Comparativamente ruim, apesar dos avanços recentes.
Modo de implantação do Teto	Acordo Político	Acordo Político	Acordo Político	Acordo Político	Norma Constitucional
Sanções Previstas em Caso de Descumprimento	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	concursos públicos, salário de servidores e salário mínimo, etc
Prazo	4 anos, renováveis	4 anos, renováveis	Duração do Gabinete/ Compromisso Político	3 anos, renováveis	20 anos – 10 anos só pode mudar índice
Abrangência do Teto	75% do gasto do Governo Central	90% do gasto do Governo Central	Governo Central	Governo Central + Seguridade	União (100%)
Exceções	Gastos ciclo-dependentes são excluídos	Em 2009 e 2010 o Seguro Desemprego e outros benefícios foram excluídos	Entre 2009 e 2011, o teto foi abandonado	-----	Não Previsto
Despesas Financeiras	Excluídas	Incluídas até 2007	Excluídas	Excluídas	Excluídas

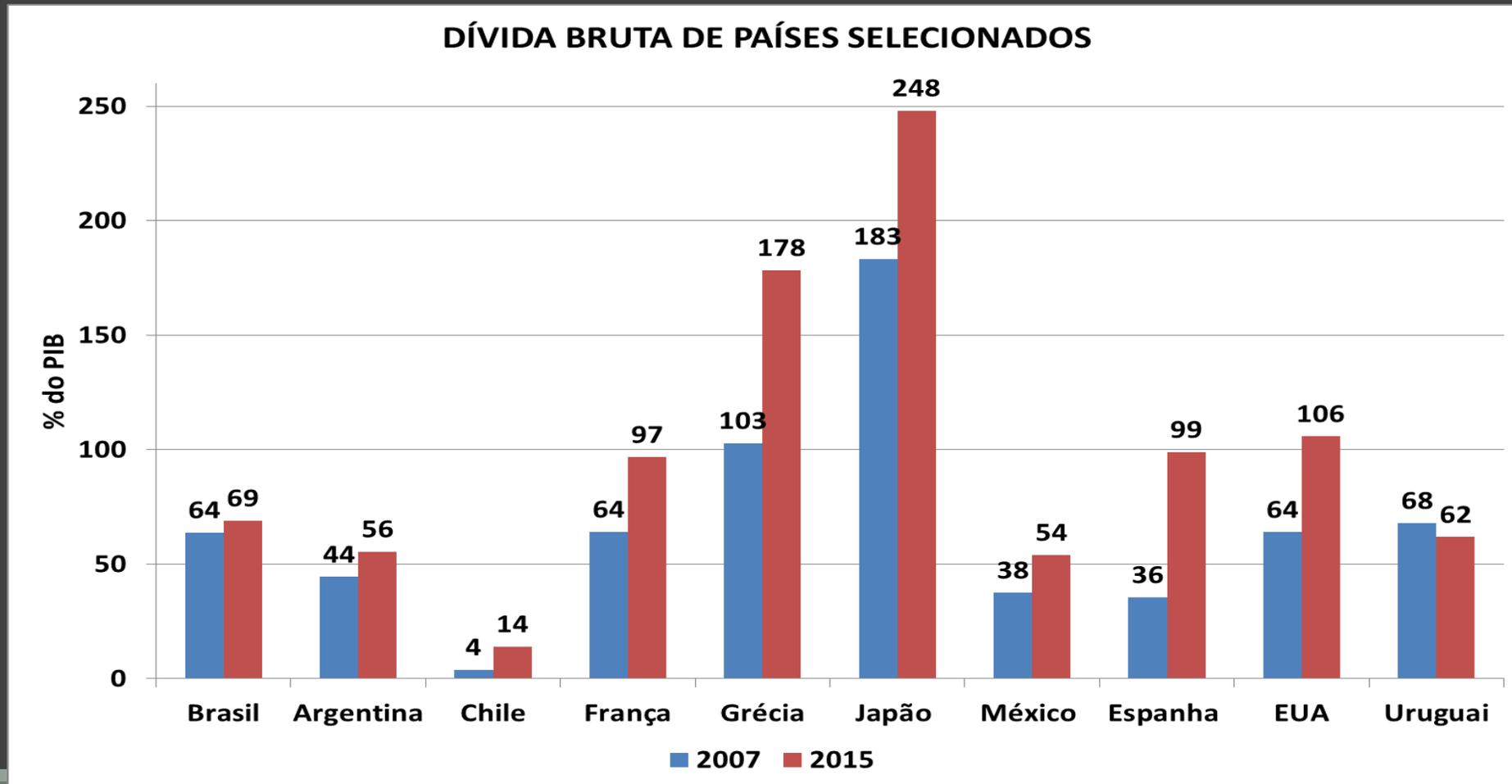
Utilização da capacidade instalada x Expectativas Indústria de transformação (%)



Dívida pública brasileira não é grande



A dívida pública aumentou em todos os países depois de 2008



Mito: Nova matriz econômica provocou o baixo crescimento?

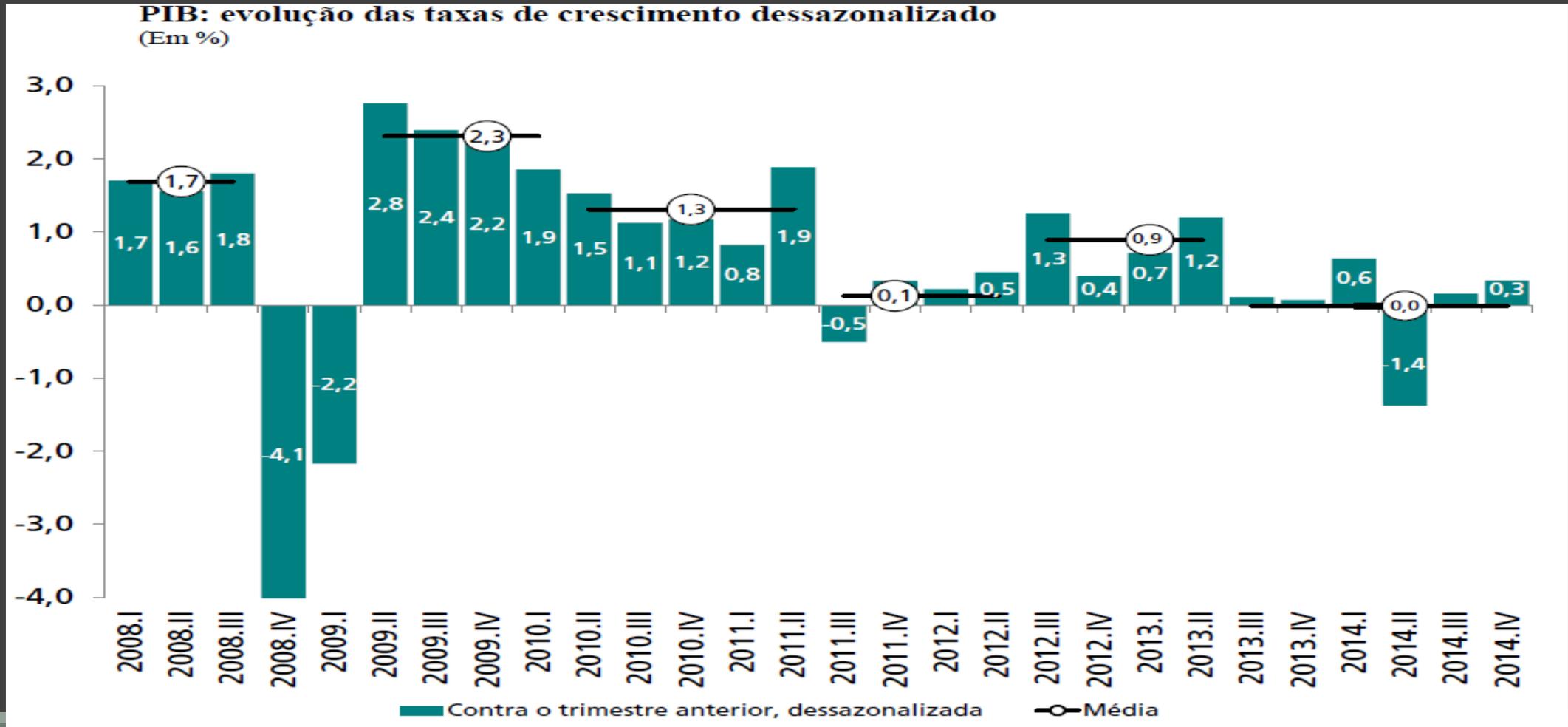
Não: desaceleração cíclica começou antes da NME, e foi parcialmente revertida em 2013

Redução de juros não prejudica crescimento, mas é incapaz de conter desaceleração reforçada pela elevação de juros com controle do crédito em 2010-11 (VME plus)

Depreciação cambial não estimula exportações líquidas a médio prazo, mas aumenta custos e pressiona margens a curto prazo

Uso do espaço fiscal para subsídios ao investimento privado e controle de preços administrados tem multiplicador fiscal menor que investimento público e gasto social (Velha Matriz de Expansão Fiscal)

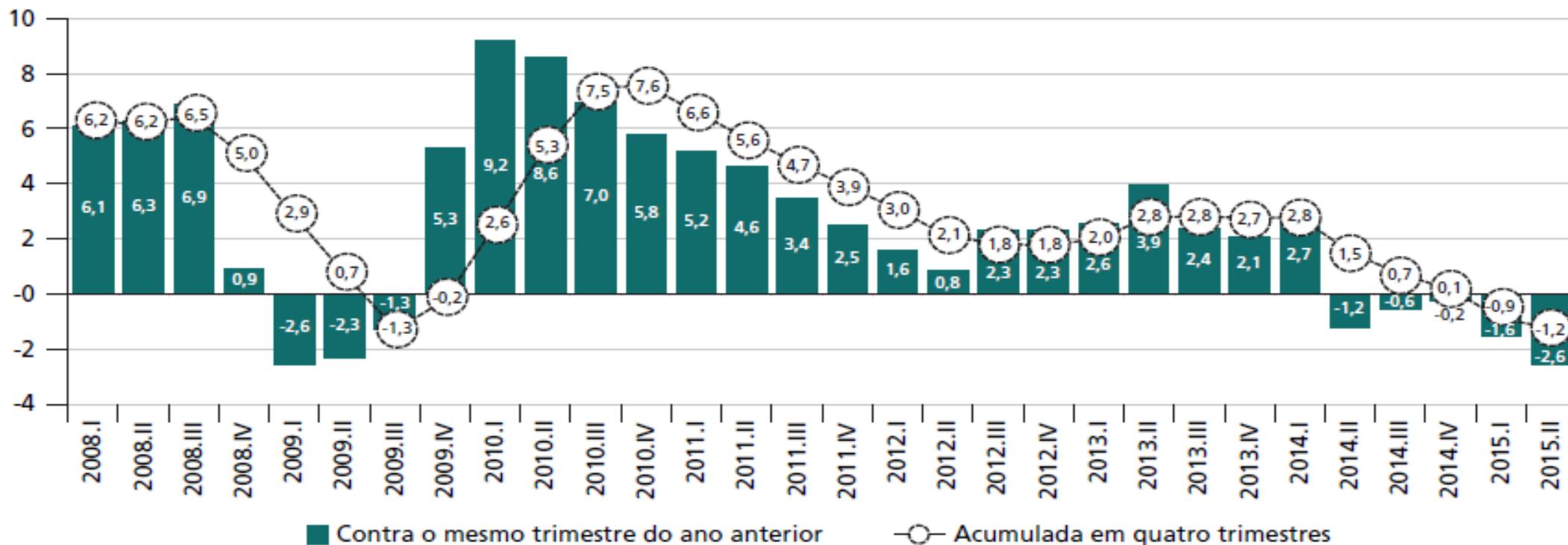
Foi a velha matriz! PIB estagnou entre terceiro trimestre de 2011 e segundo trimestre de 2012



Evolução cíclica do PIB até estagnação de 2014

PIB: evolução das taxas de crescimento trimestral e acumulado em quatro trimestres

(Em %)



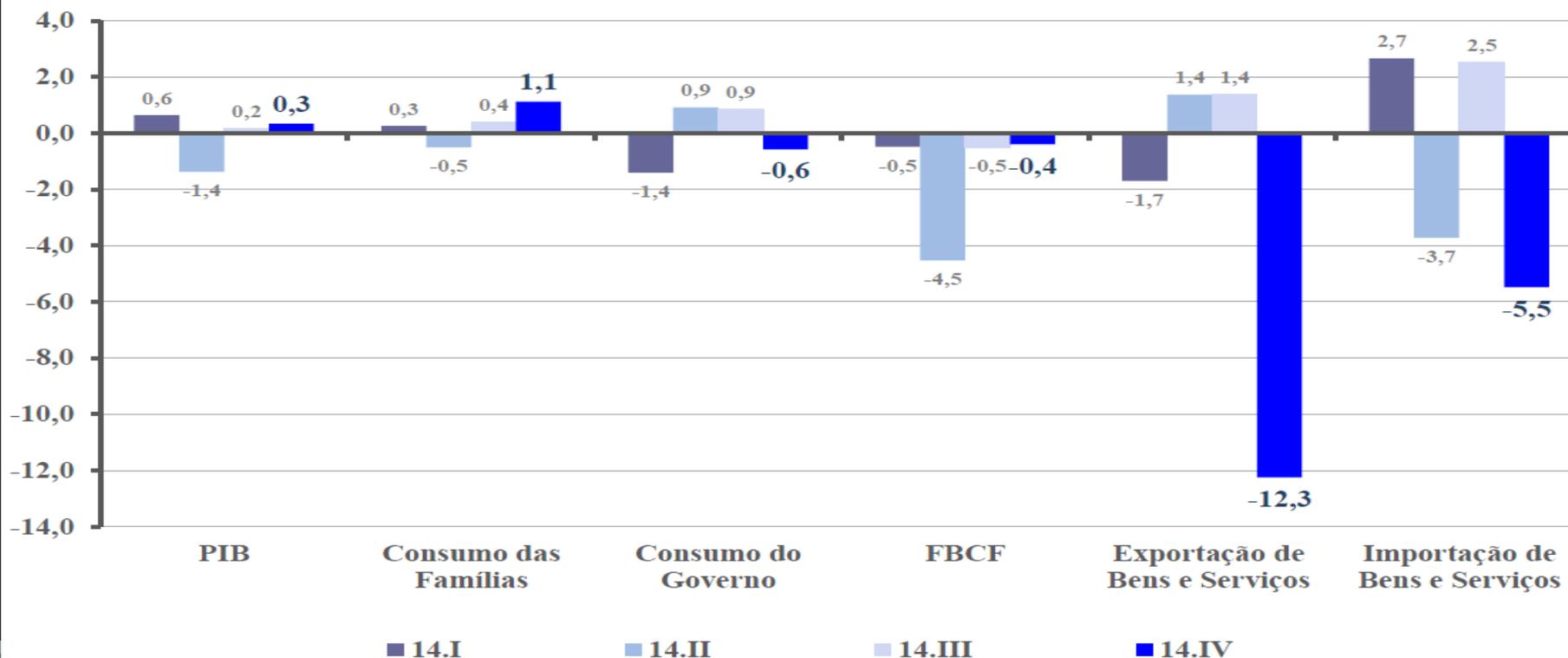
Fonte: IBGE.

Elaboração: Gecon/Dimac/Ipea.

Mito: recessão não começou em 2014!

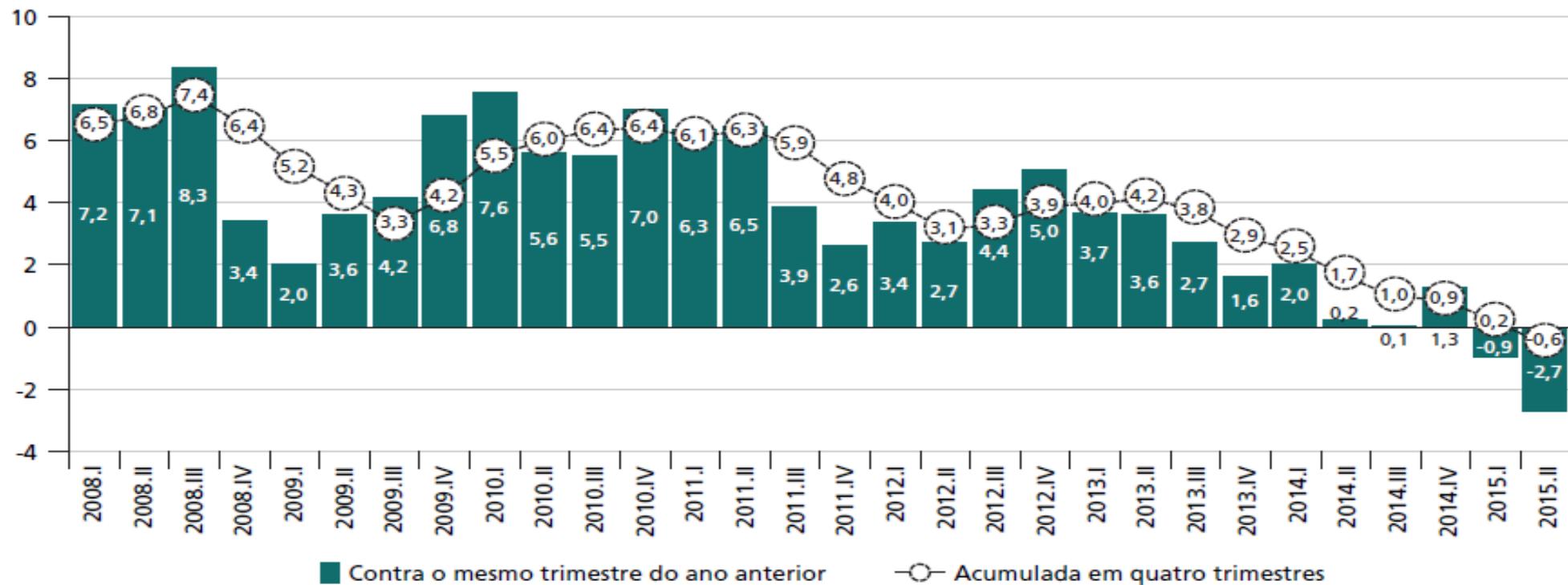
Taxa (%) trimestre em relação ao trimestre anterior (série com ajuste sazonal)

GRÁFICO I.2 - Componentes da Demanda (com ajuste sazonal)
Taxa (%) do trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior



Consumo teve comportamento cíclico clássico

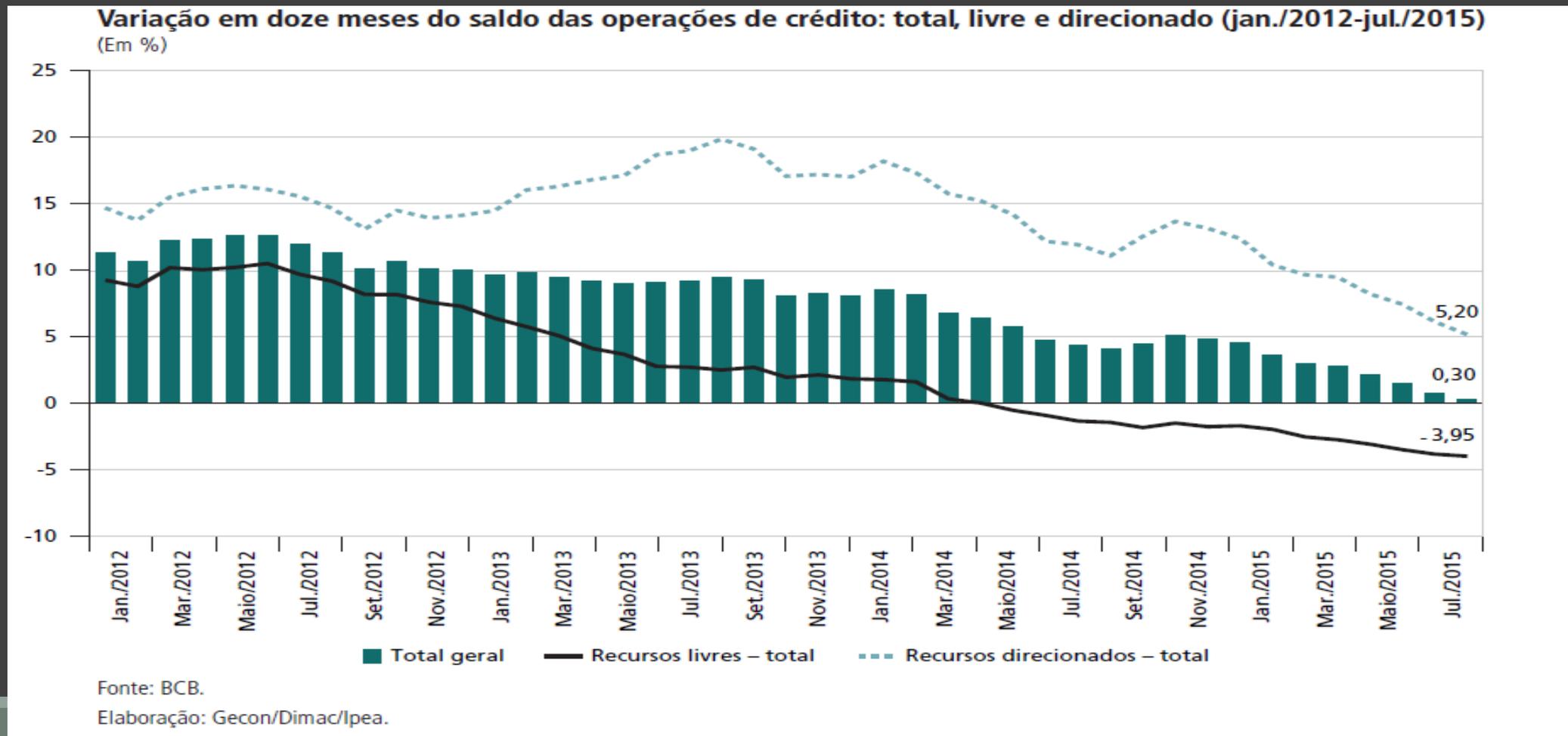
Consumo das famílias: evolução das taxas de crescimento trimestral e acumulado em quatro trimestres (Em %)



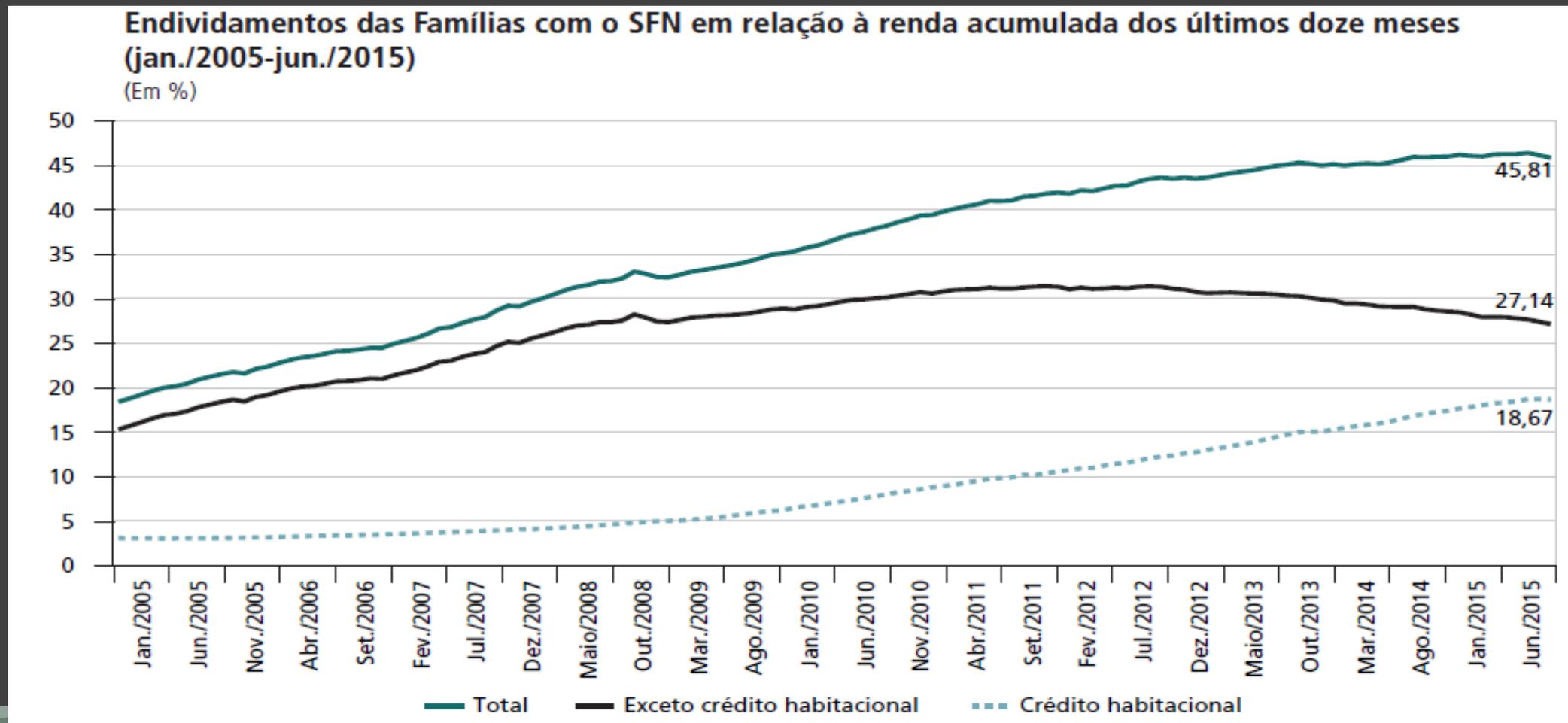
Fonte: IBGE.

Elaboração: Gecon/Dimac/Ipea.

Crédito livre contraiu-se desde segundo trimestre de 2014

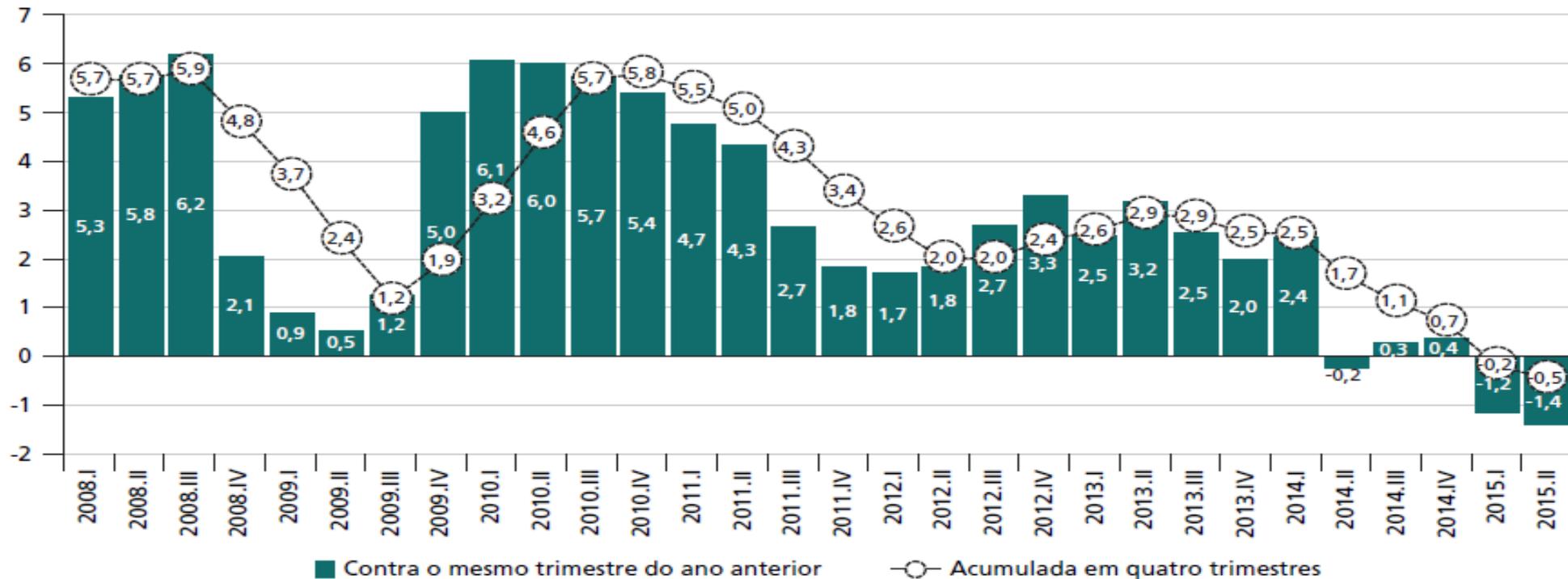


Estoque de dívida das famílias aumentou até 2015



Serviços cresceram acima da demanda agregada depois da crise global

Serviços: evolução das taxas de crescimento trimestral e acumulada em quatro trimestres
(Em %)



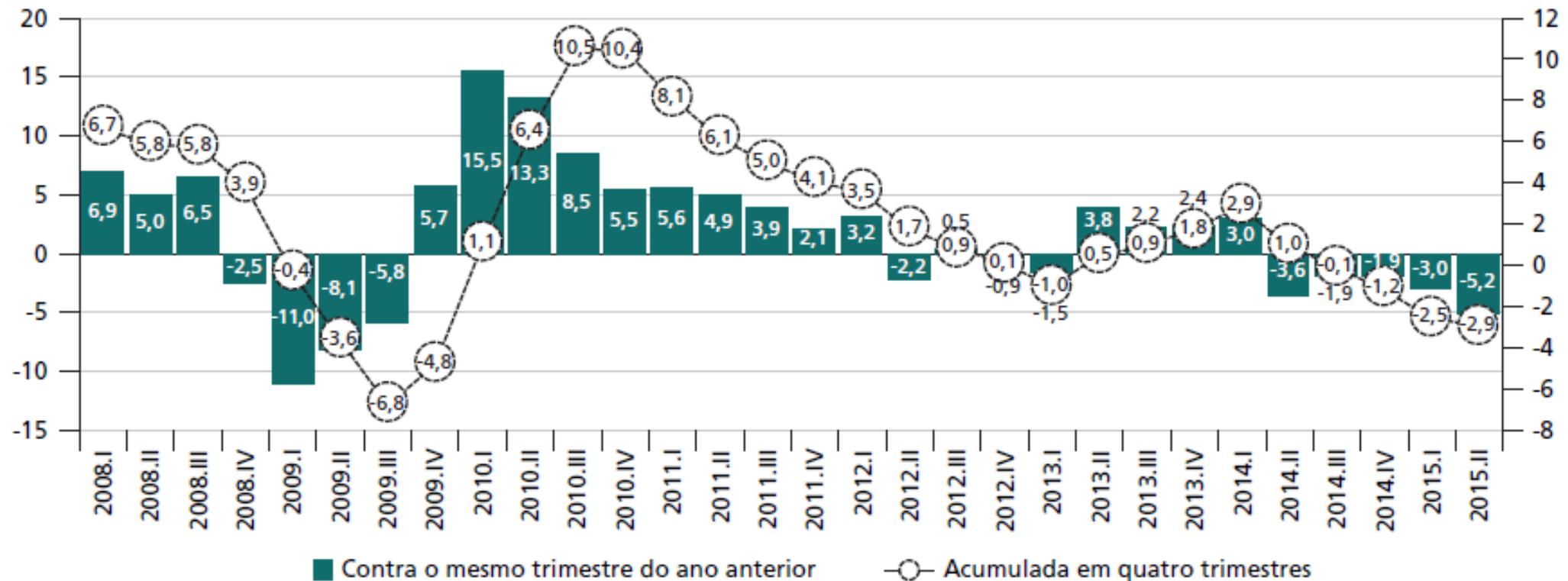
Fonte: IBGE.

Elaboração: Gecon/Dimac/Ipea.

Indústria acentua variações da demanda agregada – coeficiente de importados

Indústria: evolução das taxas de crescimento trimestral e acumulada em quatro trimestres

(Em %)



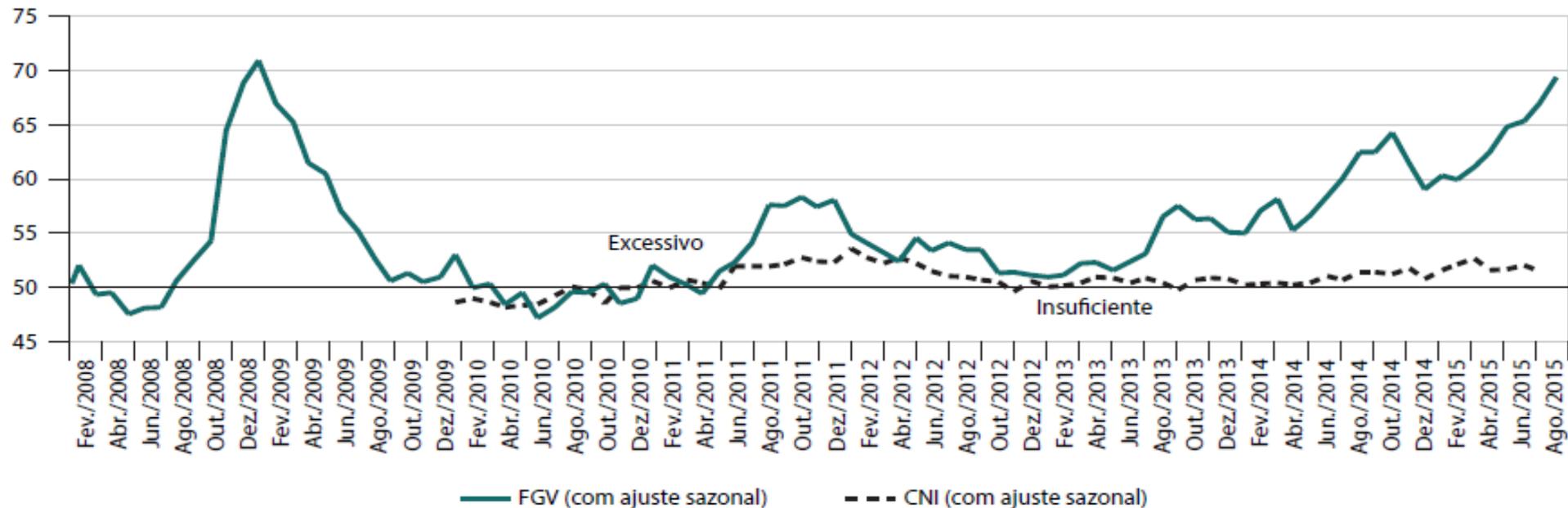
Fonte: IBGE.

Elaboração: Gecon/Dimac/Ipea.

Estoques inibiram recuperação da produção industrial

Evolução do nível de estoques na indústria de transformação: efetivo versus planejado (fev./2008-ago./2015)

(Em índice dessazonalizado)



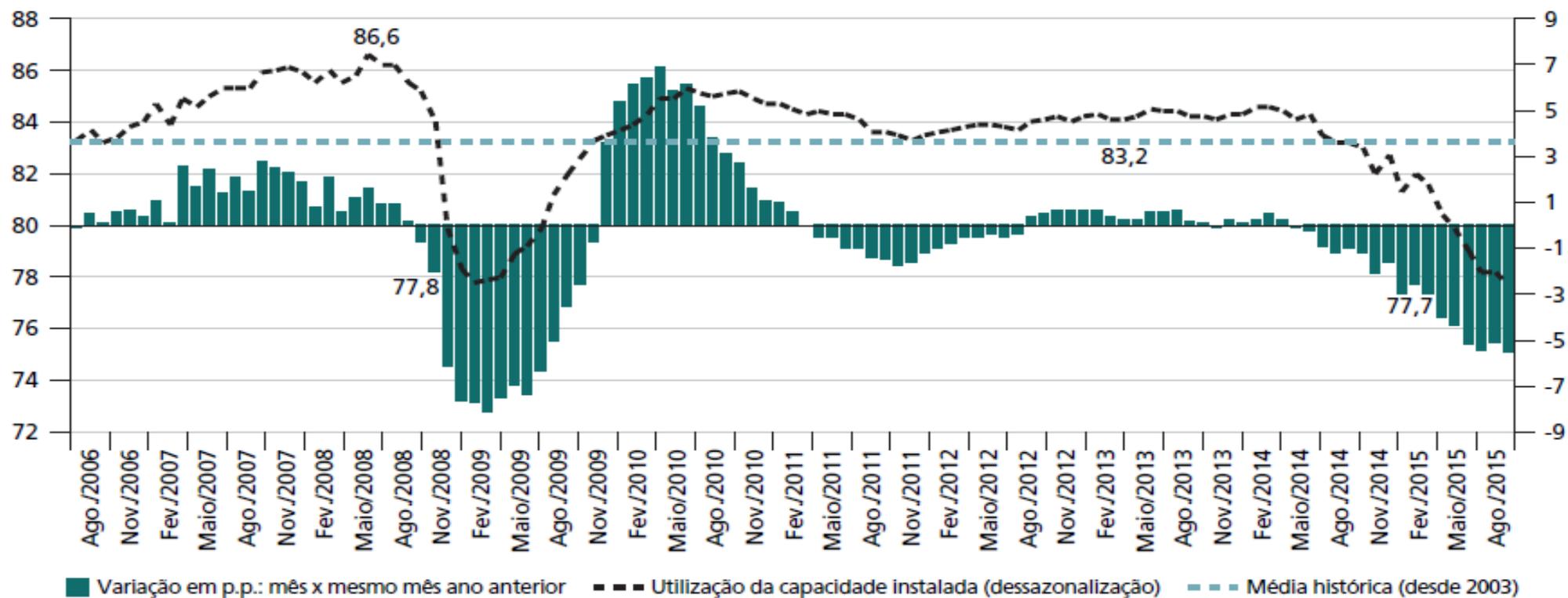
Fonte: FGV.

Elaboração: Gecon/Dimac/Ipea.

Capacidade ociosa inibiu investimentos industriais depois de 2011

FGV (ago./2006-ago./2015)

(Em índices dessazonalizados)

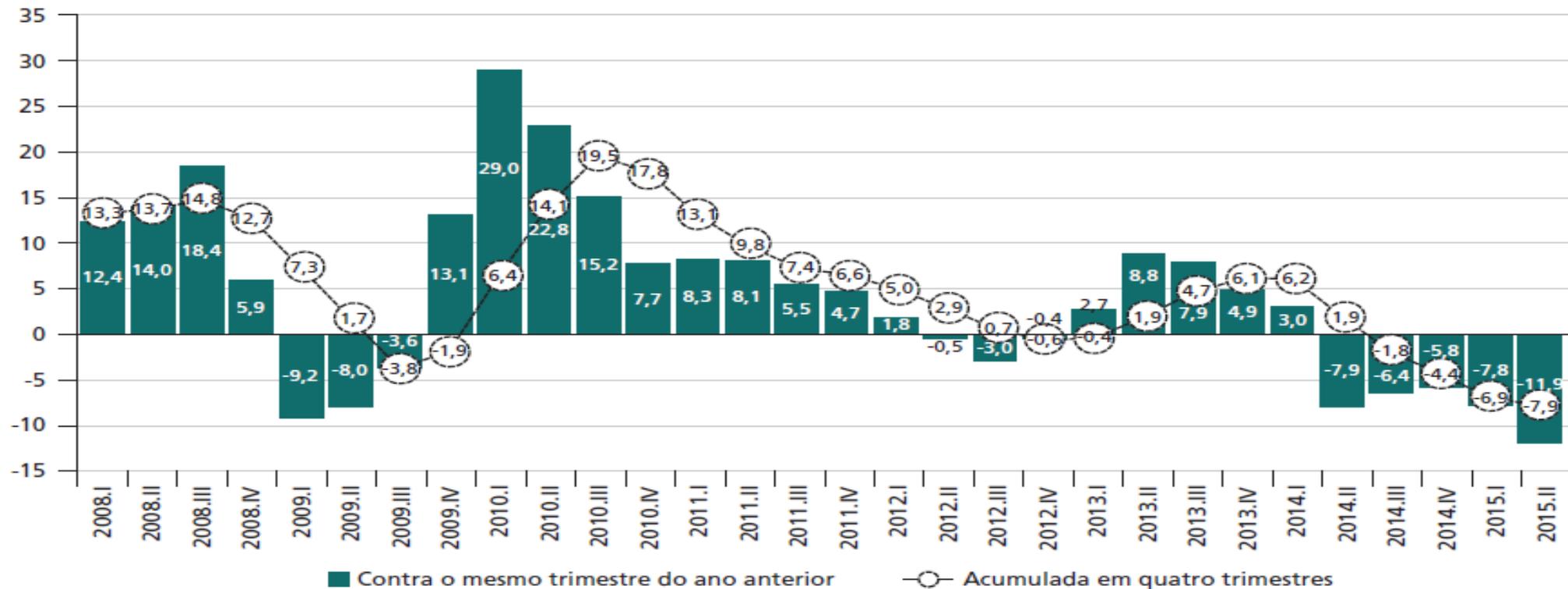


Fonte: FGV.

Investimento reagiu à demanda agregada, apesar da autonomia do investimento em infraestrutura e construção residencial

FBCF: evolução das taxas de crescimento trimestral e acumulado em quatro trimestres

(Em %)

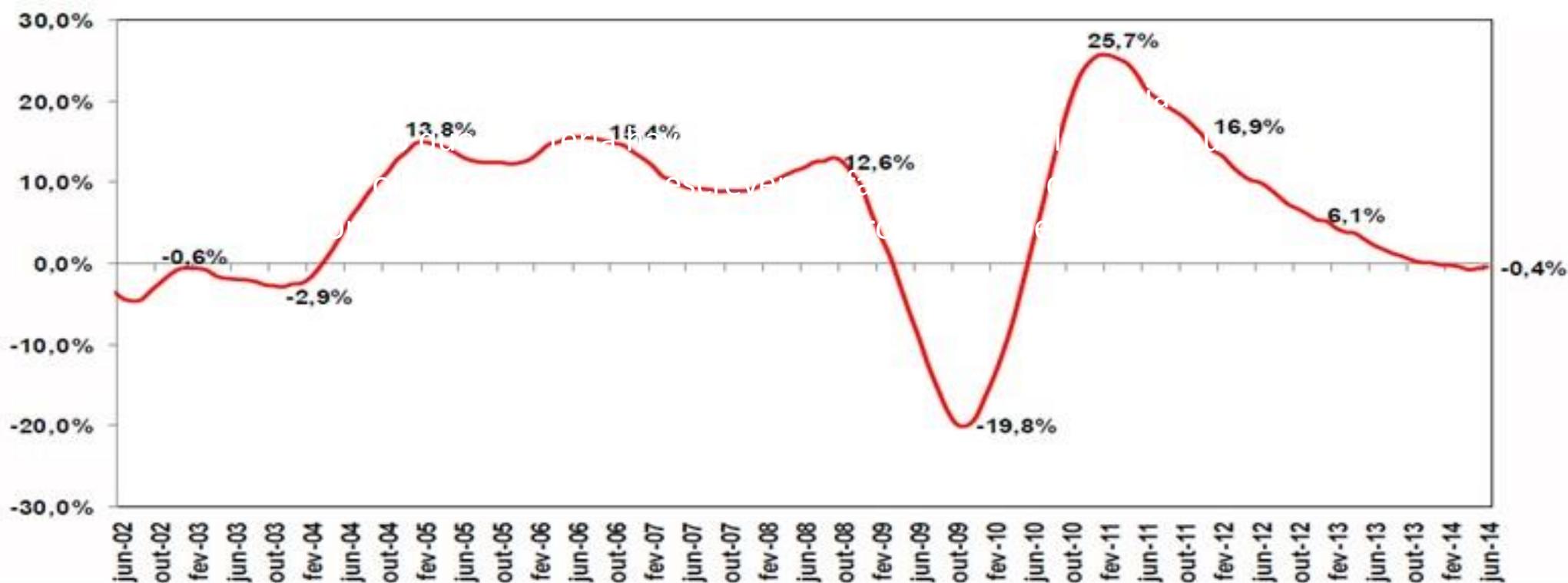


Fonte: IBGE.

Elaboração: Gecon/Dimac/Ipea.

Desaceleração do comércio mundial

Gráfico 1. Crescimento acumulado em 12 meses das exportações mundiais, em milhões de dólares

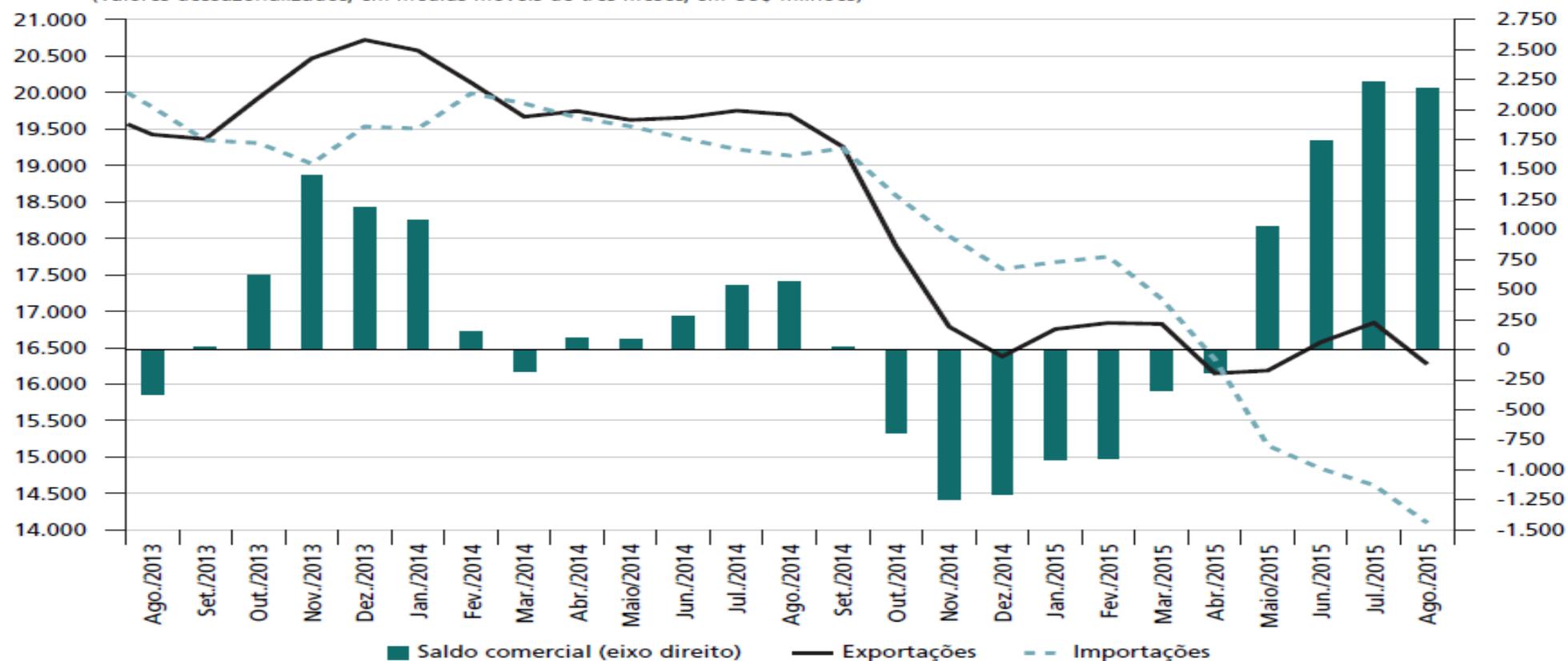


Fonte: Bloomberg. Elaboração: Bradesco

Exportações: desaceleração global e deflação de commodities

Exportações, importações e saldo comercial (ago./2013-ago./2015)

(Valores dessazonalizados, em médias móveis de três meses, em US\$ milhões)



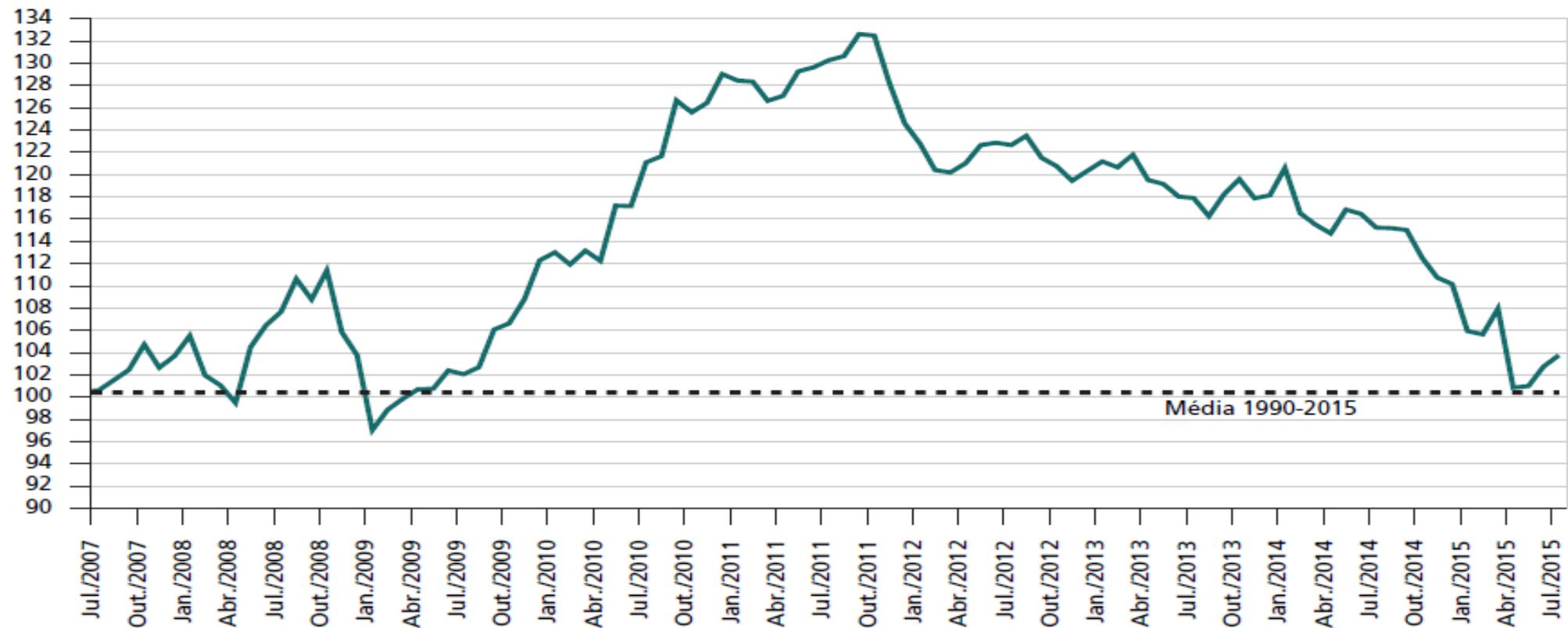
Fonte: Secex/MDIC.

Elaboração: Gecon/Dimac/Ipea.

Termos de troca

Evolução dos termos de troca (jul./2007-jul./2015)

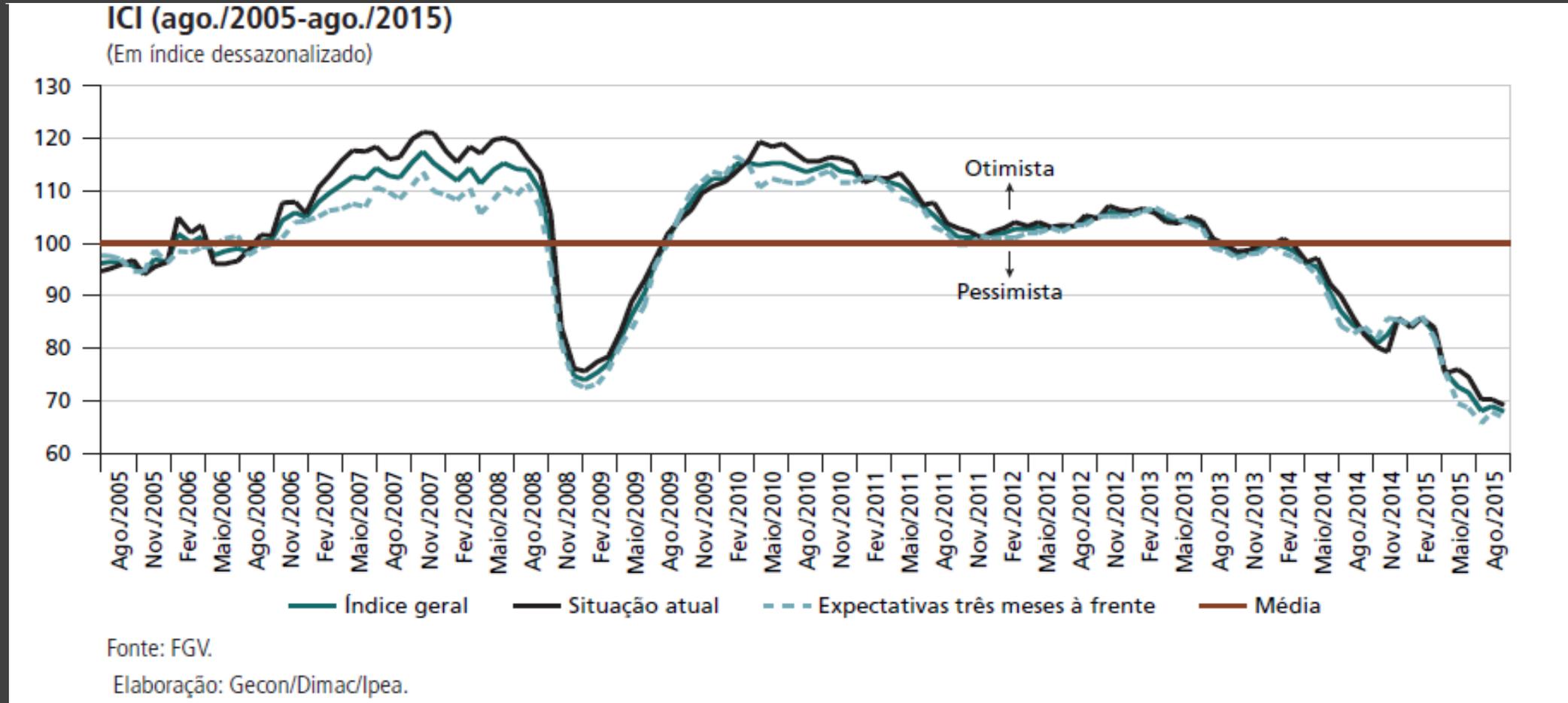
(2006 = 100)



Fonte: Funcex.

Elaboração: Gecon/Dimac/Ipea.

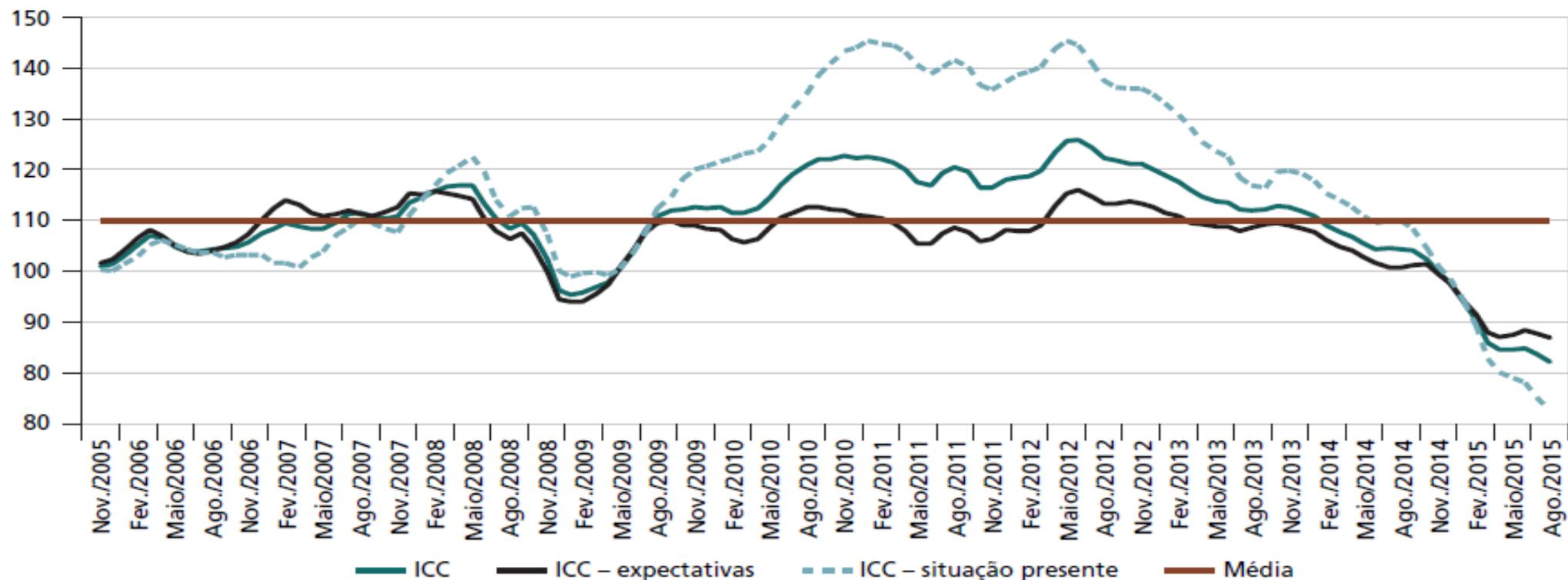
Austeridade derrubou confiança industrial antes da inflação de monitorados



Austeridade derrubou confiança dos consumidores

ICC: média móvel de três meses (nov./2005-ago./2015)

(Setembro de 2005 = 100)



Fonte: FGV.

Elaboração: Gecon/Dimac/Ipea.

Pulsão privatizante vs. Keynesianismo “fisiológico” em 2016

Ricardo Barros (Saúde): “Tamanho do SUS precisa ser revisto”

Mendonça Filho (Educação): autorizar cobrança na pós-graduação, reduz FIES

Cidades: corte de 10 mil moradias do MCMV Entidades

Meirelles: “Teremos foco na redução de despesas, [o aumento] da arrecadação virá como consequência [do crescimento]...”

- Serra: “Em períodos de depressão, não há ajuste fiscal possível”
- Temer: acabou o irrealismo na definição da meta fiscal
- Jucá: “se o Congresso Nacional não aprovar o projeto até dia 30 de maio, o governo terá que parar atividades e anunciar um contingenciamento bilionário”

Síntese tardia: privatização atende aos interesses e é vendida como forma de reduzir dívida pública (Zeina Latif em 2015; Gustavo Franco em maio de 2016)

Keynesianismo fisiológico desperdiça espaço fiscal contracíclico

R\$ Milhões

Demais Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo - Brasil - 2015/2016				
Discriminação	Jan-Set		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
Total	163.351,5	157.229,5	-6.122,0	-3,7%
Ministério da Saúde	73.544,3	72.449,0	-1.095,4	-1,5%
Ministério da Educação	27.338,0	24.478,7	-2.859,3	-10,5%
Ministério do Desenvolvimento Social	25.477,9	23.351,4	-2.126,5	-8,3%
Ministério da Defesa	9.962,3	10.442,6	480,3	4,8%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	4.205,3	3.513,2	-692,1	-16,5%
Demais órgãos do Executivo	22.823,7	22.994,5	170,9	0,7%

Despesas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

A preços de set/16 - IPCA

R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2015/2016				
Discriminação	Jan-Set		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	881.513,2	899.395,7	17.882,4	2,0%
IV.1 Benefícios Previdenciários	337.764,5	373.045,9	35.281,4	10,4%
Benefícios Previdenciários - Urbano	260.684,3	291.132,4	30.448,1	11,7%
Benefícios Previdenciários - Rural	77.080,2	81.913,4	4.833,2	6,3%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	189.778,6	184.631,1	-5.147,5	-2,7%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	147.135,4	147.733,5	598,1	0,4%
Abono e Seguro Desemprego	38.881,8	44.611,1	5.729,3	14,7%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	35.343,4	37.236,9	1.893,6	5,4%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	4.976,7	4.081,9	-894,8	-18,0%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	21.360,5	14.787,8	-6.572,8	-30,8%
FUNDEB (Complem. União)	12.296,3	10.226,1	-2.070,2	-16,8%
Fundo Constitucional DF	6.120,5	860,8	-5.259,7	-85,9%
Sentenças Judiciais e Precatórios	931,7	1.156,9	225,2	24,2%
Subsídios, Subvenções e Proagro	19.232,8	23.408,9	4.176,2	21,7%
Demais	7.991,8	11.363,1	3.371,4	42,2%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	206.834,7	193.985,2	-12.849,5	-6,2%
Discricionárias Executivo	197.142,6	184.851,2	-12.291,4	-6,2%
PAC	33.639,6	27.503,2	-6.136,4	-18,2%
d/q MCMV	12.049,8	4.851,7	-7.198,1	-59,7%
Emissões de TDA	151,5	118,5	-33,0	-21,8%
Demais	163.351,5	157.229,5	-6.122,0	-3,7%
Discricionárias LEJU/MPU	9.692,2	9.134,1	-558,1	-5,8%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	258.511,8	235.840,5	-22.671,3	-8,8%
Outras Despesas de Custeio	211.858,4	196.526,8	-15.331,6	-7,2%
Outras Despesas de Capital	46.653,4	39.313,7	-7.339,7	-15,7%

*Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.



Nas despesas, as principais variações foram:

+ R\$ 35,3 bi em Benefícios Previdenciários

+ R\$ 598,1 milhões em Outras Despesas Obrigatórias: devido, sobretudo ao acréscimo de despesas:

- Abono e Seguro Desemprego (+R\$ 5,7 bi), reflexo do calendário de pagamento do abono salarial definido na Resolução CODEFAT nº 748/2015; e
- Subsídios, Subvenções e Proagro (+R\$ 4,2 bi), influenciado pelos Acórdãos TCU 825/2015 e 3297/2015 (Vide Boxe 1 do RTN de dezembro/2015)

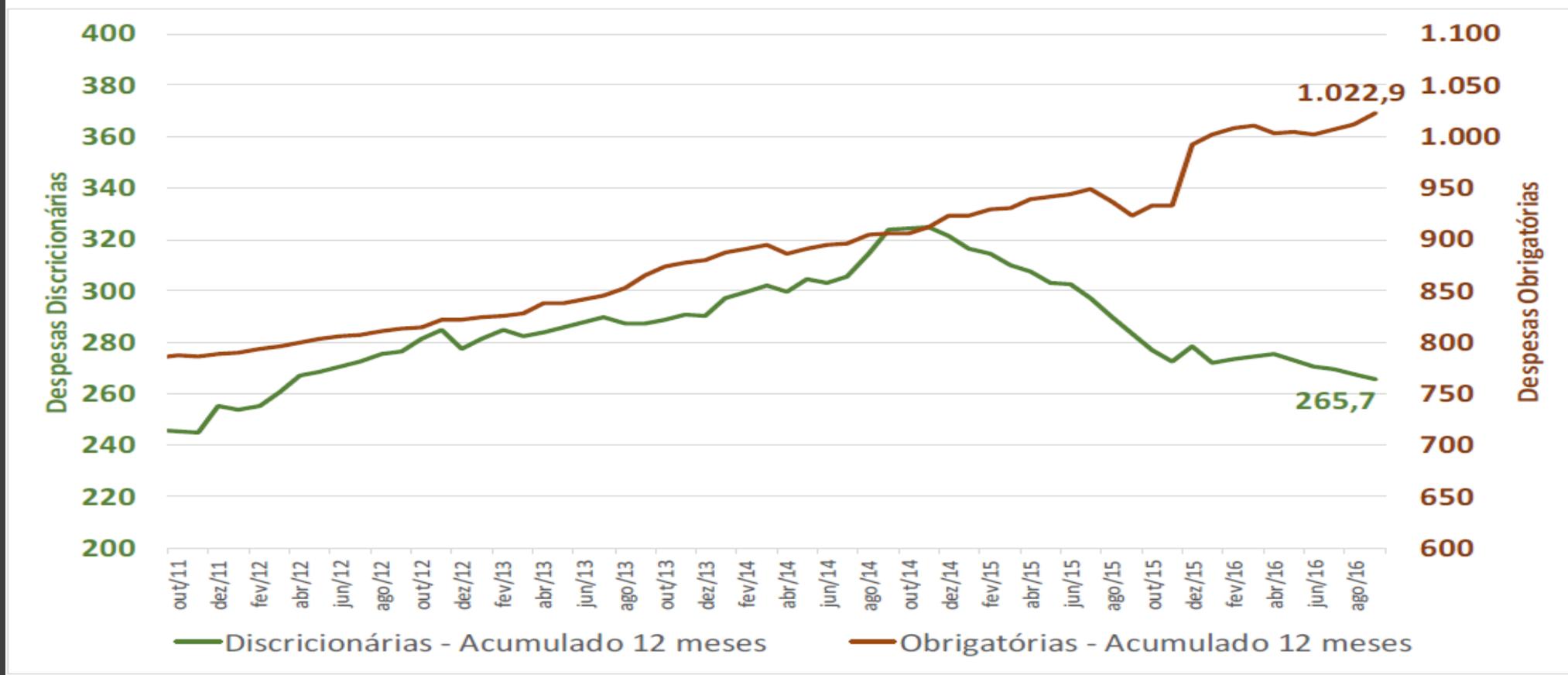
– R\$ 12,8 bi Desp. Discricionárias – Todos os Poderes :

- 18,2 % PAC
- 59,7% MCMV
- 3,7% Demais Desp. Discricionárias do Executivo
- 5,8% Discricionárias LEJU/MPU

Evolução de Despesas do Governo Central

Acumulado 12 Meses

A preços de set/16 – IPCA – R\$ Bilhões



Bibliografia

Austeridade e Retrocesso: Finanças Públicas e Política Fiscal no Brasil. Fórum 21, Fundação Friedrich Ebert, Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) e Plataforma Política Social : <http://brasildebate.com.br/documento-desconstroi-a-pec-241-e-o-discurso-da-austeridade/>

Bastos, P. P.Z. (2014a) “*O terceiro turno já começou. O austericídio também?*” In Carta Maior, 28/10/2014. [http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/O-terceiro-turno-ja-comecou-O-austericidio-tambem-/7/32118].

_____ (2014b) *A Carta ao povo brasileiro, de Dilma Rousseff*. Revista Política Social e Desenvolvimento, n. 13 [https://revistapoliticassocialedesenvolvimento.com/2015/02/02/a-virada-neoliberal-do-governo-dilma/]

_____ (2015a) “Austeridade permanente? A crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas no Brasil”. In Belluzzo & Bastos (2015).

_____ “O impeachment de Dilma Rousseff e o programa do novo PMDB”. In Carta Maior, 09/12/2015. [http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/O-impeachment-de-Dilma-Rousseff-e-o-programa-do-novo-PMDB/7/35142]

_____ (2016) Crescimento da dívida pública e política monetária no Brasil (1991-2014) . TD 273, IE-UNICAMP [www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3468&tp=a]

Belluzzo & Bastos (2015) *Austeridade para quem? Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff*. São Paulo: Carta Maior; Friedrich Ebert Stiftung, 2015 [http://cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FEconomia%2FAusteridade-para-quem-%2F7%2F35495]

Muito obrigado!